



Relatório de Término de Projeto

PCR

Nome do Projeto: *Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE II)*

País: *Brasil*

Sector/Subsector: *Turismo/Investimento*

Equipe de Projeto Original: Raúl Tuazon, (RE1/EN1), Chefe de equipe de projeto; Bernadete Buchsbaum (LEG); Guillermo Collich (RE1/FI1); Arthur Darling (RE1/EN1); Hugo De Oliveira (RE1/EN1); Marcio Gomes (RE1/SC1); Juan Luna-Kelser (RE1/EN1); Héctor Malarín (RE1/EN1); Jaime Mano (COF/CBR); Gerardo Martínez-Freyssinier (COF/CBR); e Maria Cláudia Perazza (RE1/EN1). Antonio Almagro (RE1/EN1) e María Margarita Orozco, Assistente de projeto (RE1/EN1)

Número do Projeto: *BR0323*

Número de Empréstimo: *1392/OC-BR*

Data do CRG: *a ser fixada pelo BID*

Data de Aprovação Final: *04/03/2002*

Autor Principal e Membros:

Equipe PCR: Joseph Christofer Milewski, (RND/CBR), Chefe de Equipe; Maria Cláudia Perazza (INE/RND), co-chefe de equipe; Wesley Nogueira Bazílio (CSC/CBR), analista de operações.

Consultor: Antônio Carlos Tatit Holtz

Versão final (10 de outubro de 2012)



VPC/PDP



Acrônimos e Abreviações

AA	Avaliação Ambiental
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
BA	Estado da Bahia
BACEN	Banco Central do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S/A
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CE	Estado do Ceará
CIP	Centro de Informações ao Público
COMDEMA	Conselho Municipal do Meio Ambiente
CTI/NE	Comissão de Turismo Integrado Regional Nordeste
ECG	Equipe Central de Gestão
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FNE	Fundo Nacional de Financiamento do Nordeste
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MG	Estado de Minas Gerais
MP	Ministério Público
MTUR	Ministério do Turismo
PCR	Relatório de Término de Projeto
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PE	Estado de Pernambuco
PI	Estado do Piauí
PMAT	Programa de Modernização da Administração Tributária
PNAFM	Programa de Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
POA	Plano Operativo Anual
PRODETUR/NE I	Programa de Desenvolvimento de Turismo do Nordeste I
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RN	Estado do Rio Grande do Norte
R.O.	Regulamento Operacional
SEAIN	Secretaria de Assuntos Internacionais
SES	Sistema de Esgotamento Sanitário
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
Subempréstimo	Empréstimo concedido pelo BNB a um Estado ou Município
Submutuários	Estados que participam do PRODETUR/NE II
TIRE	Taxa Interna de Retorno Econômico
UEE	Unidade Executora Estadual
VPL	Valor Presente Líquido





Índice

I. Informação Básica	1
II. O Projeto	2
a. Contexto do Projeto	2
b. Descrição do Projeto	2
i. Objetivos de Desenvolvimento	3
ii. Componentes	3
III. Resultados.....	3
a. Efeitos Diretos.....	3
b. Externalidades.....	5
c. Produtos	7
d. Custos do Projeto	9
IV. Implementação do Projeto	11
a. Análise de Fatores Críticos.....	11
b. Desempenho do Mutuário/Agência Executora.....	14
c. Desempenho do Banco	14
V. Sustentabilidade	15
a. Análise de Fatores Críticos.....	15
b. Riscos Potenciais	15
c. Capacidade Institucional.....	16
VI. Monitoramento e Avaliação	16
a. Informação sobre Resultados.....	16
b. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post	17
VII. Lições Aprendidas	17
Anexos	





I. Informação Básica

DADOS BÁSICOS (MONTANTES EM US\$)

NO PROJETO: BR0323

TÍTULO: *Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE II)*

Mutuário: Banco do Nordeste - BNB
Agência Executora (AE): Banco do Nordeste - BNB

Data da Aprovação pelo Diretório: 04/03/2002
Data da Efetividade do Contrato de Empréstimo: 27/09/2002
Data da Elegibilidade do Primeiro Desembolso: 12/01/2004

Empréstimo (s): 1392/OC-BR
Setor: Turismo

Meses em Execução: 120
* Desde a aprovação: 120
* Desde a efetividade do contrato: 114

Instrumento de Empréstimo: Investimento

Períodos de Desembolso
Data Original de Último Desembolso: 27/09/2007
Data Atual de Último Desembolso: 27/03/2012
Extensão Acumulada (Meses): 54
Extensão Especial (Meses):

Montante do Empréstimo(s)
* Montante Original: US\$240 milhões
* Montante Atual: US\$240 milhões
* Pari Passu (se aplicável): 60 % / 40%
Desembolsos
* Montante atual: 99,93(%)
Custo total do projeto (estimativa original): US\$400 milhões

Redirecionamento
Tem este Projeto redirecionamento?
Fundos recebidos de outro Projeto []
Fundos mandados para outro Projeto []
N/A [X]

Para/De Número do Projeto	Para Número do Sub empréstimo	Montante

Investimento Combate a Pobreza (PTI): Sim
Equidade Social (SEQ): Sim
Classificação Ambiental: B

Em estado de "Alerta"
Está o projeto "em alerta" no PAIS: Não
Caso afirmativo, favor indicar motivos (Classificações OD, PI, e/ou indicadores relevantes de PAIS):
Comentários de relevância da classificação de alerta deste projeto (se aplicável):

Resumo da Classificação do Desempenho

OD	[] Muito Provável (MP)	[P] Provável (P)	[] Pouco Provável (PP)	[] Improvável (I)
PI	[] Muito Satisfatório(MS)	[S] Satisfatório (S)	[] Insatisfatório(I)	[] Muito Insatisfatório (MI)
SU	[] Muito Provável (MP)	[P] Provável (P)	[] Pouco Provável (PP)	[] Improvável (I)





II. O Projeto

a. Contexto do Projeto

Já na década dos 1990, o Nordeste era um destino turístico emergente, por possuir vantagens comparativas próprias dos baixos custos de trabalho e de suas atrações, sendo seu clima seco e suas escassas precipitações pluviiais ativos importantes para o turismo “de sol e praia”. Ademais, a região já havia começado a enfrentar seus problemas de infraestrutura insuficiente através do PRODETUR/NE I.

Um fato importante ocorrido durante a execução do PRODETUR/NE II foi a conclusão dessa primeira fase, ocorrida em 2005, que trouxe lições importantes para a execução do presente Programa. A partir de estudos realizados na ocasião, concluiu-se que o PRODETUR/NE I estimulou novos investimentos e contribuiu ao crescimento econômico da região. Não obstante, a afluência de turistas e de imigrantes gerou problemas ambientais e sociais em várias municipalidades que deviam ser enfrentados.

Ficou clara a necessidade de um programa que tomasse em conta um processo de planejamento turístico integral e participativo e o estabelecimento no nível local, antes da realização de qualquer investimento em infraestrutura, de adequada capacitação administrativa, e de adoção de planejamento ambiental e fiscal. Os ensinamentos obtidos durante a execução do PRODETUR/NE I, levaram à adoção do conceito de polo turístico para garantir que os investimentos futuros fossem mais sustentáveis e responsáveis. Estando o Banco participando dessa primeira fase de financiamento, foi natural a sua escolha para essa nova parceria.

A ideia de desenvolver um programa de desenvolvimento do turismo na região Nordeste do Brasil como meio de melhorar a qualidade de vida dos residentes está escorada na expectativa de que isso possa ser conseguido através da geração e adequada gestão de um maior aporte financeiro proveniente do turismo.

Assim decidiu-se na ocasião que o programa seguiria respaldando o setor turístico na Região mediante o financiamento de investimentos de infraestrutura e de gestão turística necessários para uma adequada prestação de serviços públicos, acoplada ao crescimento previsto do turismo na região e tendente a melhorar a qualidade de vida da população local.

No início de 2002 foi assinado o Contrato BID/BNB para operacionalização do Programa e foram dadas as autorizações do Senado Federal para a contratação da garantia da União ao Empréstimo e a concessão do aval da União aos submutuários para superar o problema existente de limite de financiamento estatal por parte do BNB, uma demonstração do grande interesse e empenho do país na execução do Programa. O Contrato de Empréstimo 1392/OC-BR, firmado entre o BNB e o BID, foi celebrado em 27.09.2002, com prazo final original de desembolsos para 27.09.2007, prazo este que foi prorrogado duas vezes.

Segundo informações do BNB (Informe Técnico ETENE, Macroeconomia, Indústria e Serviços, N° 3, Março de 2011), o segmento turístico cresceu bastante entre 2002 e 2010., ajudando a enfrentar problemas como a captação de divisas de forma rápida, geração de empregos e redução da pobreza e das desigualdades. Com base no Valor Adicionado, estimado pelo IBGE (Contas Regionais 2005-2009, disponível em: www.ibge.gov.br), os setores Alojamento e alimentação e Transporte, aqui utilizados como Proxy da atividade Turismo, representa 6,3%, 7,9% e 6,7% do total dos estados do Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte, respectivamente, para o ano de 2009.

b. Descrição do Projeto

O objetivo geral do programa, conforme descrito no Anexo A do Contrato de Empréstimo, foi de melhorar a qualidade de vida da população que reside nos polos turísticos situados nos Estados que dele são participantes.

Entendem-se como polos turísticos os grupos de municípios contíguos com atrativos turísticos similares ou complementares, que têm a determinação comum de desenvolver a capacidade local necessária para uma gestão turística sustentável. Os polos turísticos permitem aos



municípios captar, através do Programa, benefícios turísticos, ambientais e sociais (estadias mais prolongadas na região, gestão ambiental e uma utilização mais eficiente de recursos alocados à infraestrutura pública e “comercialização” pública) que poderiam se perder se atuassem em forma individual.

O Programa, que foi executado pelo Banco do Nordeste em parceria com o Governo Federal e os Governos Estaduais representa, portanto, a convergência de ideias e ações para a realização de investimentos na infraestrutura turística de seis Estados do Nordeste.

i. Objetivos de Desenvolvimento

Os objetivos específicos do Programa consistem em aumentar as receitas provenientes da atividade turística e melhorar a capacidade de gestão das mesmas por parte dos Estados e Municípios. O Programa inclui ações nos âmbitos municipal e estadual para assegurar o desenvolvimento turístico auto sustentável e responsável das áreas em que se financiem projetos com recursos do Empréstimo.

ii. Componentes

O Programa está organizado com três componentes:

Componente 1. *Fortalecimento da Capacidade Municipal de Gestão do Turismo*, com atividades orientadas para garantir que o governo local e a população disponham de instrumentos adequados e desenvolvam a capacidade para manter e incrementar as atrações turísticas e os serviços locais necessários para o crescimento por longo prazo do turismo.

Componente 2. *Planejamento Estratégico, Treinamento e Infraestrutura para o Crescimento Turístico*, desenhado para assegurar que os Estados tenham a capacidade de planejamento e funcionamento para realização das atividades turísticas a seu cargo, assim como possam dispor da infraestrutura necessária ao desenvolvimento do seu setor turismo.

Componente 3. *Promoção de Investimentos do Setor Privado*, com o objetivo de promover e ampliar a integração do setor privado como agente complementar do processo de financiamento do investimento público no desenvolvimento dos polos de turismo.

III. Resultados

Apesar da intenção inicial do Prodetur/NE II abranger os 09 (nove) estados da região Nordeste, além de polos turísticos no Norte de Minas Gerais e Espírito Santo, por questões relacionadas com as condições prévias para contratação dos subempréstimos (BNB-Estados), a totalidade dos recursos do financiamento acabou sendo comprometida através de contratos de subempréstimo em 06 (seis) Estados, que se encarregaram de executar as obras e projetos componentes do Programa.

Por este motivo, os 10 polos turísticos escolhidos e que receberam recursos do Prodetur/NE II, aos quais se referirá o relatório daqui para frente, foram: do Descobrimento, que engloba a Costa do Descobrimento e a Costa das Baleias, Polo Litoral Sul, Polo Salvador e Entorno e o Polo da Chapada Diamantina, no estado da Bahia; do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais; Polo Costa das Dunas, no Rio Grande do Norte; Polo Costa dos Arrecifes, em Pernambuco; Polo Costa do Sol, no Ceará; e Polo Costa do Delta, no Piauí. Considerando que o Estado de Sergipe não cumpriu as condições prévias necessárias para participar do Prodetur/NE II, os projetos do polo Costa dos Coqueirais que constavam na amostra inicial de projetos foram retirados da amostra de análise, assim como da avaliação do Programa.

a. Efeitos Diretos

ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO (OD)

Objetivos de Desenvolvimento (Propósito):





1. Melhorar a qualidade de vida da população residente nos Polos Turísticos.

Classificação: **P**

Indicadores Chaves de Efeitos Diretos

Efeitos Diretos Planejados:

1.1 Emprego direto no turismo na região (alojamento e alimentação) aumenta nos municípios atendidos nos polos;

1.2 Incremento sustentado na arrecadação do ISS dos municípios dos polos em relação a arrecadação total do município;

1.3 Incremento sustentado na arrecadação do IPTU dos municípios dos polos em relação à arrecadação total do município;

1.4 Remuneração média da mão de obra em alojamento e alimentação cresce em relação ao Salário Mínimo.

Efeitos Diretos Obtidos para Municípios que receberam recursos do PRODETUR/NE II

1.1 Dados do RAIS mostram um crescimento de 51% entre 2004 e 2010 para o conjunto dos polos, com destaque para o Vale do Jequitinhonha, que cresceu 75%, e para o polo do Piauí, onde o emprego no turismo cresceu 80%.

1.2 Dados obtidos pelo ETENE na Secretaria do Tesouro Nacional – STN mostram que a arrecadação do ISS a preços constantes cresceu a uma taxa média de 20,3% ao ano para o conjunto dos polos, quando a arrecadação total cresceu 8,4% ao ano;

1.3 Dados obtidos pelo ETENE na STN mostram que a arrecadação do IPTU a preços constantes de 2010 para o conjunto dos polos cresceu a 19,3% ao ano, tendo, no entanto, a sua participação na arrecadação total caído de 24% para 21%;

1.4 Dados obtidos pelo ETENE mostram que somente a remuneração média dos que ganham entre um e dois salários mínimos cresceu de 77,7% em 2006 para 81,2% em 2010 em relação ao salário mínimo.

2. Aumentar de maneira sustentável a renda gerada pelo turismo nos polos através do crescimento das receitas provenientes da atividade turística e da melhora da capacidade de gestão dessas receitas por parte dos Estados e Municípios

Classificação: **P**

Indicadores Chaves de Efeitos Diretos:

Efeitos Diretos Planejados:

2.1 Aumento do número de turistas – movimentação de passageiros nos aeroportos das capitais do Programa

Ano	2004	2007	<u>Término de Projeto</u>
	12.054.000	17.000.000	20.000.000

2.2 Aumento do número de unidades habitacionais nas capitais dos polos

Ano	2004	2007	<u>Término de Projeto</u>
	51.304	58.549	70.000

2.3 Aumento da taxa média de ocupação hoteleira nas capitais dos polos

Ano	2004	2007	<u>Término de Projeto</u>
	55,8%	57,1%	65%

2.4 Aumenta a participação do Produto Interno Bruto de Serviços no PIB Total, saindo de 65,5% em 2004 para 70% no fim do Programa.

2.5 O número de estabelecimentos no ramo de alimentação e hospedagem nos polos aumenta de 13.454 em 2004 para 14.127 no final do Programa.

Efeitos Diretos Obtidos

2.1 Dados colhidos com a INFRAERO mostram que a movimentação nas capitais que receberam recursos do Programa chegou a 29.599.300 passageiros em 2011, superando de longe a meta.

2.2 De acordo com dados obtidos com os órgãos oficiais de turismo do Nordeste, o número de unidades habitacionais chegou a 56.586 em 2007 e a 59.889 em 2009.

2.3 Dados obtidos no GTP/CTI NE e ABIH a taxa de ocupação chegou a 60,9 % em 2009.

2.4 Os Serviços chegaram a 71% do PIB em 2011 na Região Nordeste.

2.5 O número de estabelecimentos chegou a 15.068 ainda em 2010.

Reformulação.

[] N/A

PPMR Retrofitting.

[N/A]

Resumo dos Objetivos de Desenvolvimento Classificação (OD):

[] Muito Provável(MP)

[P] Provável (P)

[] Pouco Provável (LP)

[] Improvável (I)

O Programa alcançou a maioria de seus ODs e alguns deles foram superados. A evolução dos indicadores mostrada neste PCR permite afirmar que já está gerando resultados satisfatórios de desenvolvimento.

Interessante comentar que as metas estabelecidas para os indicadores escolhidos são de difícil alcance, por algumas estarem associadas a itens que foram muito dinâmicos no período, como o crescimento da arrecadação total municipal, a evolução do salário mínimo, que por lei, hoje em dia, teve ganho real em relação a inflação. O salário mínimo, por exemplo, aumentou 45,7% entre 2006 e 2010, para uma inflação de 25,6% no mesmo período. Pode-se considerar atingidas as metas fixadas.

Os investimentos realizados no Prodetur/NE II, de uma forma geral, atuaram de forma bastante positiva no sentido de favorecer ao atendimento dos ODs do Programa.

Estratégia de País:

Segundo o Relatório de Projeto a estratégia do Banco para o Brasil determinava quatro prioridades: i) reformar o setor público; ii) aumentar a competitividade; iii) reduzir as desigualdades sociais, e iv) enfrentar problemas de gestão ambiental e de recursos naturais, fazendo ênfase na proteção dos ecossistemas frágeis. O programa executado contribuiu com todos os pilares dessa estratégia, pois respalda os esforços realizados pelo governo para reduzir as desigualdades sociais e a pobreza, gerando empregos e incrementando as rendas, com estratégia de Fortalecimento Institucional dos organismos públicos de turismo. Proporciona uma infraestrutura de transporte e saneamento que beneficia a população local. Aumenta a capacidade dos governos municipais de regular e realizar a gestão financeira dos serviços públicos que beneficiam ao turismo e à população da região. Conduz à introdução de melhores políticas de uso da terra, com o consequente benefício para o meio ambiente. O desenvolvimento do turismo é uma prioridade específica da estratégia de país.





Inicialmente houve escolha de muitos indicadores, evoluindo-se dos 39 (trinta e nove) do Marco Lógico original para um número aproximado de 90 (noventa) deles, o que se tornou inviável acompanhar. De fato, apesar dos esforços voltados para a elaboração do Marco Lógico em 2002, alguns dos indicadores previstos ainda se mostravam de difícil mensuração, tendo em vista dificuldades como:

- a não-implementação do sistema nacional de informações turísticas, que pretendia nivelar as metodologias das pesquisas para composição do banco de dados estatísticos para o turismo;
- a descontinuidade das pesquisas de demanda por parte de alguns Estados, dificultando a construção de série histórica;
- a abrangência da maioria dos dados disponíveis ser estadual ou somente das capitais, não contemplando os municípios localizados no interior dos Estados;
- a falta de padronização de procedimentos para coleta das informações sobre fluxos turísticos;
- a falta de confiabilidade nas informações sobre taxas de ocupação de rede hoteleira, devido à pequena amostra de hotéis que disponibiliza a informação;
- a falta de dados que deveriam ser levantados através das pesquisas de demanda, especialmente quanto às informações sobre o grau de satisfação dos turistas com a limpeza pública, sinalização turística, atrativos naturais, qualidade da infraestrutura, segurança pública, e com serviços e equipamentos, em razão da descontinuidade da aplicação da pesquisa por parte dos Estados.

Cumprir informar que na Missão de Revisão de Meio Termo (24 a 27 de março de 2009) foram eliminadas as ações relacionadas com marketing e promoção turística, não iniciadas até aquela data, porque não havia sido realizada pelo Ministério do Turismo a Pesquisa da Demanda Turística, prevista como atividade prévia para a formatação dos Planos de Marketing. Na Visita de Acompanhamento de 27/09 a 07/10/2010, ficou decidido que o BNB faria uma revisão minuciosa dos indicadores de impacto mais viáveis de serem obtidos, inclusive redigindo-os de forma mais clara.

Apesar de tudo isso, na ocasião da preparação do PCR ainda havia vários indicadores de resultados que estavam sem linha de base e sem metas estabelecidas, por falta de geração de dados pelos Estados submutuários do Programa, o que demandou um esforço adicional do BNB para obtê-los, conforme apresentados acima.

Diante das limitações e deficiências anteriormente elencadas, o BNB e o BID selecionaram os indicadores de avaliação do Marco Lógico passíveis de mensuração no estágio atual do Programa, os quais estão apresentados acima e também discutidos no Anexo 4 a este PCR.

Em relação ao Indicador 1.1, devido à mudança feita pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE na metodologia de Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), as informações na RAIS vêm apresentando divergências que têm afetado também a avaliação do número de estabelecimentos no ramo de alimentação e hospedagem, o que indica a conveniência de examinar melhor este indicador para observações futuras. Até 2007 o CNAE utilizado era o 95 (ou 1.0), mas, a partir de janeiro de 2008, a RAIS passou a ser disponibilizada com a classificação do IBGE CNAE 2.0. Para o caso do PCR (com dados a partir de 2004), o BNB compatibilizou os dados através de uma Tábua de Conversão que o próprio banco de dados do MTE fornece. A única ressalva é o nível de desagregação da informação, pois essa compatibilização não se aplica para o nível mais desagregado.

b. Externalidades

Externalidades Positivas

Sobre o Executor.





Com relação a efeitos positivos do Programa sobre o Executor, destaca-se que o BNB concebeu e implementou um Sistema informatizado para Gerenciamento e Avaliação do Prodetur/NE II, com o intuito de fornecer o suporte tecnológico adequado ao acompanhamento do Programa, o qual foi validado pelo BID. Este sistema aglutina informações acerca da gestão física, financeira e contábil dos projetos no âmbito do Programa, por meio de processos que combinam planejamento, orçamento, demonstrativos financeiros, controles internos, aquisições, desembolsos, desempenho físico e financeiro, entre outros, tendo como subsídio para seu desenvolvimento informações registradas/alimentadas pelo BNB e pelos Estados beneficiários do Programa, fazendo com que o processo de tomada de decisões seja mais seguro, simplificado e ágil.

Com efeito, os trabalhos desenvolvidos pelo BNB para viabilizar o Prodetur/NE I e II, com sua estrutura aperfeiçoada ao longo dos anos, servem de modelo para atuação desse Banco em outros programas de financiamento com o setor público, apoiando a estrutura dos governos estaduais e municipais, em consonância com sua missão como agente catalisador do desenvolvimento sustentável na região Nordeste.

Sobre os Estados e Municípios:

Com relação aos Estados também foram constatados aspectos positivos do Programa durante sua execução e desde seu início, como a indução da criação das Secretarias de Turismo, onde elas não existiam, possibilitando melhor direcionamento do Programa pelas UEEs.

Também resultou positiva a exigência de criação de um Conselho de Turismo para cada Polo, introduzida no Prodetur/NE II para propiciar uma maior participação das comunidades no Programa, representadas pelo diversos membros do Conselho, que agrega setor público federal, estadual e municipal, setor privado e terceiro setor. Têm também o propósito de definir, acompanhar e monitorar as ações do Programa, compartilhando com o Estado os compromissos com a manutenção e com as demais intervenções necessárias para o desenvolvimento do turismo em cada município, em cada Polo.

É inegável que esta exigência contribuiu para o compartilhamento das decisões, o que se verificou com maior intensidade na fase do Planejamento. De fato, um aspecto muito positivo foi que os municípios que integram os Polos do Prodetur/NEII, participaram das oficinas de discussão do PDITS, quando foram identificadas as ações prioritárias para o Programa, ratificadas no Conselho de Turismo onde os Prefeitos têm assento. Entretanto, o processo de participação ocorre de forma gradativa e ainda depende do Setor Público Estadual como indutor desse movimento. Além disso, existe a necessidade de desenvolver um processo institucionalizado de seguimento no planejamento turístico.

Sobre a Sociedade Civil:

Provavelmente um dos destaques da gestão do Prodetur/NE II seja a participação conjunta da sociedade civil, indústria do turismo e as três esferas de governo. A criação do Conselho dos Polos que aprovaram as principais linhas de ação do Programa (inclusive aprovação dos PDITS) buscou garantir esta participação.

O reforço da participação da sociedade civil no Prodetur/NE II reflete não apenas os resultados da avaliação da fase anterior do Programa, mas principalmente um modelo que vem se consolidando na sociedade brasileira com a criação de conselhos e envolvimento de organizações não governamentais no processo deliberativo e executivo da gestão pública.

A participação pública não fica restrita ao conselho do Polo porque audiências públicas são feitas antes da contratação/execução de diversas atividades. Isso não significa que não houve problemas com os processos participativos durante o Programa, mas muitos dos problemas enfrentados ocorreram por falta da cultura de participação, cultura que o Prodetur/NE II está ajudando a construir, mas requer um espaço de tempo muito superior ao de um Programa para se consolidar.

Ainda para possibilitar o acompanhamento do Programa por toda a sociedade, o BNB instituiu o Centro de Informações ao Público – CIP, instrumento acessível através da página do banco na



Internet. Recomenda-se uma maior divulgação desse importante instrumento, além da sua constante atualização.

Sobre a Economia Local:

Importante destacar que o Programa proporcionou externalidades positivas relativas às questões econômicas, com o aumento dos empregos e das rendas pessoais e municipais, mesmo durante a sua execução.

No campo, um dos efeitos das obras que são realizadas é o de recuperar a confiança na ação pública. Isso induz ao aumento do investimento privado que também ganha em qualidade, em função do tipo de ação que está sendo conduzida. Os exemplos de localidades como a de Imbassaí na Bahia, são bastante ilustrativos nesse sentido. A execução de obras de melhoramentos urbanos, de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, conduziu em geral ao aumento do investimento privado na área e a valorização das propriedades locais.

Fazendo referência específica aos componentes do Programa, foram realizadas obras de saneamento (água e esgotos) nos 06 (seis) estados submutuários, beneficiando cerca de 450 mil pessoas, entre população local e turística (Ver Anexo 5). Também foram implantados, ou melhorados, mais de 400 km de rodovias, favorecendo os acessos aos principais destinos turísticos da maioria dos polos, o que era um dos objetivos do Programa. Mas, além desse benefício programado, pode-se considerar uma externalidade positiva o fato dessas obras terem a faculdade de auxiliar no escoamento da produção local e beneficiar todas as outras atividades regionais.

Sobre Planejamento:

Um ponto interessante de mencionar foi o benefício trazido para os polos pela elaboração dos planos diretores das suas cidades, cuja confecção não pode ser mantida como condição prévia para a contratação de sub-empréstimos, mas propiciou a sua execução ao longo dos anos.

Externalidades negativas:

Por outro lado, não se pode atribuir ao Programa nenhuma externalidade negativa de caráter permanente, tendo ocorrido somente alguns problemas localizados durante a execução de algumas obras, notadamente com relação a aspectos socioambientais, ou pelas remoções de famílias afetadas diretamente pela sua execução.

No que se refere aos eventuais danos ambientais ocorridos em execução de obras, estes foram identificados pela equipe de acompanhamento do Banco do Nordeste, bem como pelas Auditorias Socioambientais, e implementadas medidas corretivas indicadas aos executores.

Quanto aos deslocamento de famílias devido a desapropriações, as devidas indenizações ou reassentamentos foram executados segundo o RO, mesmo que com atrasos, em alguns casos.

c. Produtos

PROGRESSO NA IMPLEMENTACAO (PI)		
Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
1. Componente 1 Fortalecimento da Capacidade Municipal de Gestão do Turismo: (Valores em milhares de dólares americanos) Custo total do Componente 1: US\$67.558 Contraparte: US\$32.650 BID: US\$34.907 Desembolso BID: 98,23% Classificação: S	Produtos Planejados 1.1 Municípios dos polos com Planos Diretores Turísticos elaborados, chegando a 53 o número de planos. 1.2 Participação da Receita Própria na Receita Total dos municípios cresce até o término do Programa.	Produtos Obtidos 1.1 De acordo com o Ministério do Turismo e BNB foram feitos planos para 47 municípios. 1.2 De acordo com o ETENE, o crescimento da arrecadação própria foi de 115,4% de 2004 a 2010 e sua participação na arrecadação total evoluiu de 19,89% para 22,36%, com um crescimento de 12,4% no mesmo período.





Durante o período de execução do Programa, pensou-se em dividir e agrupar as cidades conforme a sua população, em quatro categorias, até 50.000 habitantes, de 50.000 a 300.000 habitantes, de 300.000 a 1.000.000 de habitantes e de mais de 1.000.000 de habitantes, mas essa ideia foi abandonada devido à maior dificuldade de se obter os dados com tal segmentação.

[] N/A

Reestruturação.

[X] N/A

2. Componente 2: <i>Planejamento Estratégico, Treinamento e Infraestrutura para o Crescimento Turístico (Valores em milhares de dólares americanos)</i>	Produtos Planejados	Produtos Obtidos
Custo Total do Componente 2: US\$255.950 Contraparte: US\$69.750 BID: US\$186.200 Desembolso BID: 109,98 % <u>Classificação: S</u>	2.1 Aumenta para 65% o percentual da população com rede de abastecimento de água nos municípios dos polos, que era de 59,6% em 2004. 2.2 População atendida por rede de esgoto passa de 26,4% em 2004 para 30% ao término do Programa. 2.3 A área recuperada de Passivos Ambientais sai de zero em 2004 para 270,68 ha. 2.4 A extensão das rodovias construídas ou recuperadas no âmbito do Programa sai de zero em 2004 para 553,22 km ao término do Programa.	2.1 De acordo com o SNIS, em 2011 já haviam sido alcançados 66 % da população. 2.2 De acordo com o SNIS, em 2011 já haviam sido alcançados 32%. 2.3 De acordo ao BNB, em 2011 já haviam sido recuperados 333 ha. 2.4 De acordo com o BNB, em 2011 haviam sido construídos ou recuperados 427 km de estradas.

Um dos subcomponentes do Componente 2 referia-se à realização de Campanhas de Conscientização, mas não houve demanda da parte dos submutuários para ações nesse componente, considerando ainda que algumas ações de outros subcomponentes tinham interseção com tais campanhas (Ex.: implantação de Planos de Manejo, Educação Ambiental, Planos de Resíduos Sólidos, Capacitações Profissional e Empresarial, Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo, etc.). Assim, este subcomponente foi retirado do Programa ainda no início da execução.

Algumas das rodovias que constavam inicialmente das matrizes de investimento foram retiradas do programa. A diferença entre a quantidade de projetos (produtos) planejados e atuais em todos os Estados pode ser explicada principalmente pela redução de investimentos devida a significativa queda do valor do Dólar em relação ao Real, entre a data de aprovação do empréstimo e os últimos anos (2010, 2011), quando a maioria das obras foram realmente executadas.

Reestruturação.

[X] N/A

3. Componente 3: <i>Promoção de Investimento Privado (Valores em milhares de dólares americanos)</i>	Produtos Planejados	Produtos Obtidos
Custo Total do Componente 3: US\$20.300 Contraparte: US\$5.100 BID: US\$15.200 Desembolso BID: 2,07 % <u>Classificação: S</u>	1 O percentual de profissionais certificados de turismo chega 80% do total desses profissionais no término do Programa.	1. O percentual de certificados emitidos para capacitação profissional e empresarial chegou a 83,74% dos matriculados nos eventos, até 2011.

No início do Programa, eram previstas dentro deste Componente, ações de Capacitação Empresarial e de Promoção e Marketing Turístico, sendo que, para esta última, ficou estabelecido pelo BID, junto com o Ministério do Turismo, que os Planos de Marketing somente poderiam ser elaborados e implementados após realizado o estudo de Pesquisa de Demanda Turística para os polos. No entanto, tal pesquisa não foi realizada a tempo, de forma que o BID decidiu retirar o subcomponente de Promoção e Marketing Turístico do Componente 3, após a Avaliação de Meio Termo do Programa.

Reestruturação. [X] N/A

Resumo do Progresso de Implementação – Classificação:

[] Muito Satisfatório (MS) [S] Satisfatório (S) [] Insatisfatório (I) [] Muito Insatisfatório (MI)

Como se vê, os resultados esperados foram quase todos alcançados e alguns superados.

Interessante observar que a extensão de rodovias construídas, eventualmente, pode ser um pouco maior que a apresentada, pois uma dificuldade para contabilizar a extensão de rodovias construídas é o fato de que o próprio BNB somente a contabiliza após a obra estar pavimentada e sinalizada, deixando de apresentá-las mesmo que já tenham trechos que estejam em uso, o que de certa forma pode resultar em não dar destaque a alguns benefícios já alcançados pela obra, que serão alcançados somente posteriormente.

Quanto à capacitação profissional e empresarial, teve uma atuação bastante relevante, emitindo 25.538 certificados, o que corresponde a praticamente 84% dos 30.497 inscritos, como se mostra a seguir por Polo:





Consolidação Capacitação Profissional e Empresarial

Polo	Matriculados	Certificados	%
Costa do Descobrimento	2.071	1.555	75,08
Salvador Entorno	2.889	2.433	84,22
Costa do Sol	13.277	12.245	92,23
Costa das Dunas	12.260	9.305	75,90
TOTAL	30.497	25.538	83,74

d. Custos do Projeto

Custo Total Projeto - Planejado (US\$000)		Custo Total do Projeto - Atual (US\$000)		% Diferença
1. Administração e Supervisão	15.000	1. Administração e Supervisão	12.932	-13,79
1.1 Unidades Executoras	10.000			
1.2 Revisão Técnica Externa	5.000			
2. Custos Diretos	339.500	2. Custos Diretos	345.159	+1,67
2.1 Comp. 1: Fortalecimento Municipal	65.300	2.1 Comp 1	64.798	-0,77
2.2 Comp. 2: Planejamento, Capacitação, Infraestrutura	253.900	2.2 Comp 2.	274.945	+8,29
2.3 Comp. 3: Promoção do Investimento Privado	20.300	2.3 Comp. 3	5.416	-73,32
3. Outros Custos	1.600	3. Outros Custos	266	-83,35
3.1 Avaliação e Acompanhamento	1.300			
3.2 Auditoria	300			
4. Custos Financeiros	43.900	4. Custos Financeiros	41.643	-5,14
4.1 Juros	36.700			
4.2 Comissão de Crédito	4.800			
4.3 Inspeção e Supervisão	2.400			
TOTAL	400.000	TOTAL	400.000	0,00
<p>Explique brevemente diferenças.</p> <p>As diferenças entre esses dois orçamentos se concentra mais no custo direto do Componente 2 que trata do planejamento, capacitação e infraestrutura, cujo montante aumentou em 8,29%, e devido ao crescimento do investimento em obras de infraestrutura que variou em 51,53%, com o aporte do BID subindo 66,13% em relação ao originalmente previsto.</p>				

Foram realizadas duas transferências de recursos entre categorias. A primeira, em 2008 foi processada em dois momentos, um BTR (Transferência entre categorias) no valor de US\$ 2.050.000,00 em 16 de outubro de 2008 da categoria Administração e Supervisão para o componente 2, produto gestão estadual do Turismo, e também foi feito um FVT (Fundo de Inspeção e Supervisão) no valor de US\$ 2.257.000,00, em 22 de agosto de 2008, conforme LMS10 para o Componente 1, Gestão Municipal Turística. Posteriormente, em 13.01.2012 foi solicitada nova transferência, desta feita da categoria de 1. Administração e Supervisão para a categoria 2. Outros Custos.

A situação dos desembolsos pelo BNB para o Programa por Estado submutuário, ao final da execução financeira está demonstrada no quadro que segue. Como se vê, foram registrados na contrapartida local do Programa US\$ 171,7 milhões, superando-se o valor de investimentos locais previstos anteriormente em US\$ 160 milhões.





**Comprometimento de Recursos do Financiamento/Submutuário Categoria
Custos Diretos – Final 1º Semestre 2012 (Milhares de US\$).**

Posição: Março/2012

SUBMUTUÁRIO	CONTRATADO		APLICADO		TOTAL APLICADO (102,7%)
	BID	LOCAL	BID (99,7%)	LOCAL (107,36%)(*)	
BAHIA	39.000	56.196	38.947	46.878	85.825
CEARÁ	60.000	46.584	60.239	27.604	87.843
MINAS GERAIS	27.500	18.568	26.889	13.292	40.181
PERNAMBUCO	75.000	85.567	75.072	37.461	112.533
PIAUI	15.000	22.373	14.786	12.517	27.303
RIO G NORTE	21.300	20.772	21.383	16.086	37.469
BNB consultorias	2.200	750	1.852	14.246	16.098
União (Contrap Direta)				3.662	3.662
TOTAL	240.000	250.810	239.168	171.746	410.914

(*) Contrapartida Local inclui juros e comissão de crédito.

Com relação aos desembolsos do BID eles montam a US\$ 239,800,000.00 (99,92% do empréstimo), havendo ainda um saldo de US\$ 200,000.00 a serem cancelados. Adicionalmente, há um saldo de US\$ 631,485,00 a serem devolvidos ao BID, e que não foram aplicados no Programa, essencialmente pela revalorização do dólar nos últimos meses da operação, o que, associado ao pouco prazo disponível, não permitiu investir esses recursos. Assim, o valor aplicado pelo BID passará a ser US\$ 239.161.515,00 (99,7% do contratado).

A evolução dos investimentos ao longo dos anos está apresentada a seguir.

Calendário de Investimentos (em milhares de US\$)			
Anos	Observado		
	BID	APORTE LOCAL	TOTAL
2004	142,50	0,00	142,50
2005	1.482,87	3.032,77	4.515,64
2006	6.102,11	696,41	6.798,52
2007	28.245,24	16.682,44	44.927,68
2008	54.393,10	40.574,31	94.967,41
2009	39.314,72	26.366,25	65.680,97
2010	55.363,67	31.816,50	87.180,17
2011	42.755,79	13.843,04	56.598,83
2012	11.368,51	38.734,35	50.102,86
Fundo de Reserva (Devolução)	631,49		631,49
TOTAL	239.800,00	171.746,07	411.546,07

Esses valores são comprovados e enviados ao BID, utilizando a taxa do dólar do dia imediatamente anterior ao da data de comprovação apresentada pelo executor da obra/serviço. Os mesmos se referem a valores desembolsados pelo Banco do Nordeste. Eventuais diferenças entre valores desembolsados pelo Banco do Nordeste e valores comprovados ao BID decorrem da aplicação da taxa do dólar para datas não coincidentes entre o desembolso e o pagamento ao fornecedor.

A composição desses investimentos por componente é a que se segue.





Item	Montantes em US\$		
	Total	BID	Contrapartida
Componente 1	49.228.442,86	32.072.849,64	17.155.593,22
Componente 2	342.667.217,26	204.786.594,00	137.880.623,26
Componente 3	826.153,14	315.832,44	510.320,70
Custo Direto	392.721.813,26	237.175.276,08	155.546.537,18
Administração e Supervisão	3.934.878,15	1.834.391,95	2.100.486,20
Outros Custos	18.052,55	16.346,58	1.705,97
Custos Financeiros	14.239.837,13	142.500,00	14.097.337,13
Fundo de Reserva (Devolução)	631.485,39	631.485,39	0,00
TOTAL	411.546.066,48	239.800.000,00	171.746.066,48

IV. Implementação do Projeto

a. Análise de Fatores Críticos

i. Condições prévias. Parte da delonga na execução do Programa foi devida às dificuldades de cumprir as condições prévias previstas no contrato com o BID, algumas relativas ao BNB e outras aos Estados pretendentes a sub-empréstimos.

Por exemplo, a exigência de um planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável, representado pelo PDITS, como condição prévia para contratar subempréstimo contribuiu substancialmente para a demora na partida do Programa, embora também tenha contribuído para isso outros fatores como a situação fiscal de alguns Estados, cuja restrição inviabilizou a assinatura de subempréstimos nos dois primeiros anos seguidos à contratação do empréstimo.

Essas dificuldades fizeram que entre 2002 e 2004, os esforços do BNB se voltassem para o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso do Programa, o que se concretizou quando o BID declarou o Contrato de Empréstimo elegível, em janeiro de 2004. A partir de então, dispensou-se atenção especial às ações necessárias para viabilizar a subcontratação com os Estados, o que deveria ocorrer antes de 27/09/2006. Essa condição cumprida com a assinatura do último contrato de subempréstimo, com o Estado do Piauí, em 30/06/2006.

Em termos de subcontratos, em março de 2004, foi formalizado o primeiro Aditivo ao Contrato de Empréstimo nº 1392/OC-BR, inserindo alterações para simplificações nas regras do Programa, o que tornou possível iniciar o processo de subcontratação, firmando-se naquele mês o primeiro contrato de subempréstimo com o Estado do Rio Grande do Norte. Essas flexibilizações das condições prévias para os Estados serem elegíveis a um sub-empréstimo, se referiam principalmente à mudança da exigência de existir previamente um Plano Diretor para todas as cidades dos Polos, o que não era possível atender para praticamente todas as cidades. A exigência do Plano Diretor estava prevista no Contrato de Empréstimo 1392/OC-BR, Cláusula 4.04, das Disposições Especiais, posteriormente modificada com a Alteração Contratual No. 1, de 16/03/2004.

A efetiva execução do Programa só teve início em 2005, quando ocorreu o primeiro desembolso para o Estado da Bahia, Estado este que assinou o contrato de subempréstimo em dezembro de 2004 e já estava mais adiantado que o Rio Grande do Norte para poder efetivamente utilizar os recursos colocados à sua disposição. A abertura do Fundo Rotativo junto ao BID somente ocorreu em junho de 2006, o que significa que o período de desembolso foi efetivamente de 5 anos e 9 meses (2006 – 2012).

ii. Valorização do câmbio do Real. Já durante a sua execução, o Programa foi afetado por fatores críticos negativos como a valorização do câmbio do Real frente ao Dólar Americano que afetou a disponibilidade de recursos financeiros. De fato, na época da assinatura do contrato de



empréstimo, a cotação do dólar estava ao redor de US\$1,00=R\$2,35, enquanto que nos anos de maior desembolso do Programa variou entre R\$1,55 e R\$1,75 (2011). Isso obrigou os executores a diminuir o ritmo de seus investimentos ou a conseguir mais recursos de aporte local.

iii. Mudanças nas administrações. Outros fatores foram as mudanças nas administrações em função das eleições, que sempre causam períodos de transição, de indefinições, que resultam em atrasos pela descontinuidade administrativa com as mudanças de equipes das UEEs e dos órgãos executores. Algumas vezes ocorrem também auditorias sobre os contratos em vigor e até mudanças de prioridades de governos. Para contornar esse problema os executores mantiveram reuniões com as novas equipes para transmitir as recomendações de como conduzir o Programa.

Segundo o BNB, a prioridade política foi se perdendo com o andamento do Programa, salvo em um ou dois estados que a mantiveram.

iv. BNB como elo entre os diversos Estados. Relevante destacar a importância da presença do BNB como elo entre os diversos Estados, transferindo experiências entre as respectivas UEEs, antecipando assim problemas e, principalmente, atuando entre uma administração estadual e a sucessora, quando houve mudança expressiva de orientação política local. A mudança dos membros das UEEs, nessas transições, poderia ter interrompido o Programa no nível local, não fora a presença do BNB.

O elo mais fraco dessa corrente, BID-BNB-Estado-Município, é sem dúvida o Município que, em geral, não está preparado para trabalhar com planos de prazo mais longo e quase sempre trabalha para ações mais imediatistas. As administrações municipais são também bastante mais instáveis que as de nível estadual e com a mudança do titular da Prefeitura em geral se perde a memória do que foi realizado até aquele momento.

v. Administração municipal. As Secretarias de Turismo municipais, via de regra, não possuem quadro técnico, ou mesmo, quando o tem, é composto por empregados terceirizados. Isso provoca uma descontinuidade quando da mudança de gestão, tendo em vista que as ações identificadas no planejamento deixam de ser prioritárias, na visão dos novos gestores, por desconhecimento do acordado anteriormente e por não contarem com um suporte técnico que os oriente quanto às premissas do Programa. Isso ocorre especialmente nos municípios de pequeno porte. O Programa contou com recursos para promover o fortalecimento institucional dos municípios, mas essas ações nem sempre tem sido priorizadas pelas Unidades Executoras Estaduais.

vi. Fiscalidade municipal. Outro fator limitante da participação dos municípios no Programa diz respeito à questão fiscal, pois os pequenos municípios tendem a apresentar desequilíbrio nas suas contas, gerando conseqüentemente situação de inadimplência, o que impede o acesso aos recursos da União que são repassados diretamente pelo Mtur, mediante convênios, contribuindo para a contrapartida do Programa. Visando agilizar a execução, em alguns casos, órgãos do Governo Estadual tomavam recursos através de Convênio com a União (MTur) para poder executar ações de titularidade municipal, de forma que posteriormente seriam repassadas ao Município.

vii. Denúncias e queixas da sociedade civil também ocorreram, mormente sobre temas relacionados ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ocasionando embargos e atrasos em obras. Normalmente isso resulta da atuação do Ministério Público e órgãos ambientais ou do patrimônio.

viii. Condições climáticas também interferiram na realização de algumas obras, sobre as quais pouco se pode fazer para evitar, mas providências para mitigar esse evento passaram pelo monitoramento mais próximo das obras e sua aceleração nos períodos de estiagem.

ix. Projetos de engenharia. Houve problemas causados pela qualidade inadequada de alguns projetos de engenharia e outros mais ligados à administração dos diversos projetos tocados



dentro do Programa, como atrasos nas entregas das medições de obras ou produtos elaborados, atrasando as prestações de contas e a consequente liberação de recursos financeiros.

x. Planejamento e acompanhamento Dentro dos problemas administrativos ocorreram casos de contratos financiados pela contrapartida que necessitavam ser ajustados e as providências demoraram a ser tomadas por falta de planejamento e acompanhamento adequado. De fato, durante a execução das obras, alguns projetos financiados com recursos de contrapartida não cumpriam com os prazos de execução ou com os critérios do Programa, segundo o regulamento operacional e foram eliminados. Também houve casos necessitando suspender o financiamento pelo BID e aplicar os recursos em outro projeto que atendia aos critérios e prazos compatíveis. Para evitar a ocorrência desse problema o BNB aumentou a efetividade de seu acompanhamento das obras e serviços executados pelos Estados, de modo que fossem atendidos integralmente os critérios do Regulamento Operacional, antes da liberação de recursos ou do registro de gastos na contrapartida do Programa.

xi. Indicadores. Durante a execução da operação não foram realizados pelos sub executores as devidas pesquisas para estabelecer as linhas de base dos indicadores do marco lógico, e as pesquisas anuais de satisfação dos turistas, o que dificultou o seguimento detalhado de vários indicadores do Marco Lógico original. A falta de atualização do Marco Lógico também prejudicou o processo de avaliação objetiva do Programa. Finalmente, alguns indicadores originais careciam de precisão e houve necessidade de modificá-los logo no início do Programa.

Esses problemas levaram à necessidade da extensão do Programa em três ocasiões, em razão de se ter projetos críticos importantes de serem terminados dentro dos Estados.

Assim, a data de último desembolso foi prorrogada junto ao BID a primeira vez para 27/09/2009, através da CBR 3663/2006, de 09/08/2006, depois para 27/09/2010, através da CBR 2584/2009, de 05.08.2009, posteriormente para 27/09/2011, por meio do Instrumento de Alteração Contratual Nº 2, ao Contrato de Empréstimo firmado entre o BNB e o BID e, finalmente para 27/03/2012, através da CBR 3165/2011, de 19/09/2011 e posteriormente por instrumento de alteração contratual Nº 3, assinada pela PGFN no dia 7/08/2012.

Como **pontos positivos** que ajudaram a manter a execução do Programa, pode-se listar:

- o desenho do Projeto, Contrato de Empréstimo e Regulamento Operativo com condições exequíveis e consistentes com os objetivos do Programa;
- o apoio do Banco durante a execução, com resposta tempestiva às consultas formuladas pelo Executor;
- a tramitação em forma ágil pelo Executor de transferências de recursos aos Estados co-executores e nos pagamentos diretos aos consultores, evitando que os prazos fossem ainda mais dilatados;
- prioridade para o Programa mantida em alguns dos casos, após mudanças nas Administrações Estaduais e Municipais ocorridas em 2005 e 2008;
- manutenção da estrutura de supervisão do Programa através da ECG; e
- estabilidade econômica e política do país; consistência e previsibilidade de índice de custos na construção civil.

No entanto, apesar do atraso de alguns dos projetos a cargo dos Estados, que resultaram num adiamento da entrada em vigor dos seus efeitos, é também importante esclarecer que à medida que a execução do Programa avançou, seus benefícios começaram a ser percebidos integralmente pelos habitantes dos polos turísticos envolvidos.

Pode-se afirmar então que o Programa teve, ao longo de sua execução, contratempos já atrás mencionados, os quais justificaram os atrasos ocorridos e que deram lugar à prorrogação do prazo contratual para um total de 54 meses, pela sua complexidade e pelo grau de intervenção multi estadual requerido.

Esses problemas foram atenuados em função da eficiência das equipes da ECG e das UEEs, e do excelente relacionamento mantido com o Banco e com o Executor. Assim é que o Programa termina, de modo geral, de acordo com o inicialmente planejado, apesar de que alguns dos



produtos estão sendo obtidos fora do prazo anteriormente estipulado, como consequência dos problemas citados que obrigaram a revisão dos cronogramas previstos.

b. Desempenho do Mutuário/Agência Executora

Desempenho do Mutuário/Agência Executora

☐ Muito Satisfatório (MS) ☐ Satisfatório (S) ☐ Insatisfatório (I) ☐ Muito Insatisfatório (MI)

O desempenho é satisfatório, considerando a habilidade do Órgão Executor do Programa para: a) administrar riscos, b) monitorar os resultados de desempenho do projeto, e c) tomar ações corretivas quando foi o caso.

A experiência do BNB como articulador, estruturador, executor do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, provém de 1992, quando, sob iniciativa do Governador do Estado de Sergipe, que procurou o BNB para ser o articulador junto aos demais estados nordestinos, Governo Federal e BID, foi iniciado o desenho e negociações do Prodetur/NE I.

A adoção de uma Equipe Central de Gestão do Programa (ECG), vinculada a Central Operacional para o Setor Público e ao Ambiente de Gestão de Projetos Especiais do BNB, trouxe frutos, além dos esperados para o próprio Programa, com incorporação à cultura daquele Banco de alguns procedimentos de licitações, de acompanhamento financeiro, de sistemas de controle, etc.

A ECG, que é a interlocutora com o Banco, foi responsável pela coordenação, acompanhamento e gerenciamento dos contratos de financiamento dos Estados, com os quais dialogaram permanentemente para a realização dos projetos de engenharia, execução de obras, e ações relativas ao fortalecimento institucional e à modernização administrativa.

Para fortalecer os técnicos da ECG, bem como dos técnicos dos Estados diretamente envolvidos na elaboração e execução dos projetos do Prodetur/NE II, o BNB promoveu cursos de capacitação a exemplo do Curso de Especialização em Avaliação Ambiental, Curso de Avaliação Socioeconômica de Projetos, Seminários de capacitação dos gestores municipais dos polos sobre planejamento e gestão do turismo (em parceria com o IBAM), seminário sobre aspectos ambientais do Prodetur/NE II (com as UEEs e os órgãos ambientais de cada um dos 11 estados que pleiteavam o Programa), além de missões de acompanhamento com técnicos das UEEs e BNB para nivelar informações e critérios de aprovação de projetos segundo o Regulamento Operacional, e mesmo capacitações individuais dos técnicos do BNB nas áreas de licitação e contratos, orçamentos de obras, obras rodoviárias, saneamento básico, legislação ambiental, inerentes ao processo de aperfeiçoamento e capacitação interna do Banco.

Mas, é também preciso reconhecer que o resultado alcançado no cumprimento dos objetivos do Programa deve-se em grande parte à atuação coordenada do Executor com o Banco.

c. Desempenho do Banco

Pode-se considerar o desempenho do Banco no Projeto como satisfatório, especialmente no que concerne à gestão do Programa, mantendo um intercâmbio fluido de informações, que permitiu agilizar as gestões e trâmites administrativos e técnicos no menor tempo possível.

As várias substituições dos chefes de equipe do BID ao longo do Programa não chegou a afetar o desempenho do Programa, pois as frequentes visitas ao executor, com reuniões que incluíam o pessoal da Equipe Central de Gestão mantiveram a sequência dos trabalhos.

O Anexo 3 apresenta a avaliação do mutuário com relação ao Programa e ao Banco.

Desempenho do Banco

☐ Muito Satisfatório (MS) ☐ Satisfatório (S) ☐ Insatisfatório (I) ☐ Muito Insatisfatório (MI)





V. Sustentabilidade

a. Análise de Fatores Críticos

Já na preparação do Programa para pleitear seu financiamento pelo BID, se identificou que a viabilidade global do programa dependia de vários fatores principais, válidos ainda hoje.

Esses fatores são: i) viabilidade técnica do conceito de elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS que foram desenvolvidos no Programa; ii) viabilidade dos projetos individuais que foram financiados tomando como base o plano de ação dos PDITS desenvolvido; iii) capacidade institucional das instituições chaves que tomarão parte em etapas posteriores à execução do Programa; iv) viabilidade financeira do BNB como financiador, dos Estados como mutuários e dos executores desses Estados participantes como responsáveis da operação e a manutenção dos projetos; e v) viabilidade socioambiental dos diferentes projetos e dos PDITS em conjunto, no que diz respeito ao impacto agregado, fazendo-se especial ênfase na participação pública.

Além destes fatores, poder-se-ia acrescentar outros, como: vi) nível do compromisso de governo, inclusive na real alocação orçamentária anual para operação e manutenção; vii) nível estabelecido nas tarifas de usuários e eficácia de outras medidas de recuperação de custos ou de criação de incentivos especiais para sustentar os benefícios dos projetos; viii) existência de apoio público, com a participação da comunidade/beneficiários; e ix) existência de um marco político e regulatório favorável.

Está prevista a avaliação *ex-post* do Programa após dois anos do término dos desembolsos, a qual deverá revisar a sustentabilidade das ações do Programa e apresentar um planejamento futuro. Além disso, o BNB tem recebido anualmente os Relatórios de Manutenção das obras concluídas, que contemplam apenas o plano de manutenção dos investimentos para o período seguinte.

Por outra parte, a preparação em curso (2012) de 4 empréstimos do PRODETUR NACIONAL, e a execução de 4 outros do mesmo Programa (BR-L1204 PRODETUR Ceará, BR-L1212 PRODETUR Pernambuco, BR-L1210 PRODETUR Rio de Janeiro, e BR-L1195 Apoio ao PRODETUR Nacional - Ministério de Turismo), por um valor total de 500 milhões a 1 bilhão de dólares de investimento potencial, confirma o sucesso do modelo adotado para financiar o setor de turismo, na base da experiência acumulada inicialmente com o PRODETUR/NE I e agora com o PRODETUR/NE II. Finalmente, o BNB está interessado em seguir com o modelo do PRODETUR/NE II e desenvolver com o BID uma segunda fase do Programa.

b. Riscos Potenciais

O principal problema que poderia comprometer os efeitos das obras de infraestrutura no longo prazo seriam as dificuldades orçamentárias com a consequente falta de recursos para a manutenção ou o contingenciamento anual desses recursos com prejuízos para a realização desses serviços.

A solução desse potencial problema depende somente dos Governos dos Estados e das Prefeituras, co-executores do Programa, o que torna mais viável a sua solução. Não obstante, existem alguns dispositivos que permitem mitigar as liberações, tais como: i) a possibilidade de usar o duodécimo da verba alocada em cada rubrica, enquanto o Orçamento não for formalmente aprovado; e, ii) a possibilidade de usar recursos empenhados em exercícios anteriores para o pagamento de débitos do ano corrente. Portanto, o risco financeiro e operacional deste Programa é baixo.

O monitoramento das ações a serem tomadas ao longo da vida do Programa e a responsabilização dos encarregados de sua execução, devem ser mantidas e aprimoradas para não se constituírem em riscos a essa sustentabilidade.

Na realidade, do ponto de vista institucional, se os Estados e as Prefeituras mantiverem o sistema de gerenciamento como é atualmente, entende-se que poderão cumprir com suas



funções adequadamente, pelo menos baseados nas informações para as obras concluídas no período anterior, o que não dá ainda dados suficientes para avaliar esse comportamento num futuro mais distante, mas que deverá ser objeto da avaliação ex post.

Há o risco ligado a aspectos ambientais e sociais com relação a sustentabilidade do Programa, uma vez que a falta de implementação ou a negligência no seguimento das ações de gestão ambiental baseadas nas salvaguardas do BID, podem conduzir a isso. No entanto, não se espera que haja algum problema dessa natureza que possa comprometer a sustentabilidade do Programa, uma vez que a mitigação dos impactos diretos das obras e a recuperação do passivo ambiental não representaram problemas significativos para o Programa, durante a sua execução.

Em resumo, além de se manterem estáveis as variáveis macro-econômicas e ter uma demanda crescente de turismo para o Nordeste, os seguintes aspectos deveriam manter-se no futuro para assegurar a sustentabilidade desta operação e de seus efeitos:

- Assegurar o financiamento para manutenção das obras executadas;
- Manter a capacidade de gestão que se desenvolveu vinculada ao Programa;
- Manter nos municípios a vontade política, cobrando efetivamente impostos como o IPTU;
- Manter políticas públicas que ajudem as empresas turísticas a conseguir a maior parte de seus empregados na população residente nos Polos; e
- Manter os Conselhos Turísticos efetivamente operando.

c. Capacidade Institucional

Como resultado do planejamento e execução do PRODETUR/NE I e II, o BNB capacitou-se para atender às demandas de serviços inerentes à contratação e gestão de operações com Bancos Multilaterais, bem como aos respectivos documentos exigidos previamente e após a contratação pelo BID, de forma semelhante ao exigido para o PRODETUR Nacional.

A cultura do processo e o conhecimento adquirido durante a execução do Programa estão incorporados aos procedimentos do BNB e dos Estados, consolidadas durante a execução das suas atividades. Isso diminui muito os riscos dessa natureza que pudessem afetar a capacidade institucional da entidade responsável pela manutenção dos resultados do Programa. Não obstante, houve durante a execução uma tendência dos Estados de se apoiarem na capacidade do BNB e minimizar assim suas próprias capacidades institucionais, dentro das UEEs.

Por essas razões, combinando todos os fatores anteriores, não se observam situações que permitam prever dificuldades de curto prazo que afetem os objetivos do Programa, o que permite qualificar de “Provável” a sua sustentabilidade.

Classificação de Sustentabilidade (SU) :

<input type="checkbox"/> Muito Provável (MP)	<input checked="" type="checkbox"/> P Provável (P)	<input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP)	<input type="checkbox"/> Improvável (I)
--	---	--	---

A expectativa é de que a maioria dos alcances significativos do Programa sejam sustentados durante a sua vida econômica, porque foram incluídos elementos satisfatórios dirigidos a assegurar sua sustentabilidade financeira e institucional.

VI. Monitoramento e Avaliação

a. Informação sobre Resultados

A experiência do pessoal do Executor e também do Banco na formulação do dimensionamento do Projeto e o acompanhamento da evolução dos trabalhos e da coleta dos mesmos, permitiu escolher os indicadores mais representativos para medir seu desempenho, tanto no ponto de vista dos produtos como no dos objetivos de desenvolvimento. As informações de base foram obtidas primeiramente para o ano de 2002, portanto no ano de aprovação do projeto pela





Diretoria do Banco, mas os indicadores originais foram posteriormente alterados em 2004 e 2010 para chegar a configuração definitiva, em função das informações coletadas ou não como linha de base em 2002.

Constituindo mais um dos ganhos proporcionados pelo programa, o mutuário tem um sistema de coleta dessas informações em funcionamento através do seu Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, o que permite acesso aos dados com relativa facilidade.

Durante a execução do Programa, o BID e BNB realizaram as missões previstas no contrato, assim como visitas periódicas de acompanhamento, fiduciárias e técnicas, aumentando em frequência ao final do programa, com visitas de campo às obras em construção. Em 2011, com o objetivo de melhor acompanhar as obras, foram realizadas reuniões semanais por teleconferência com os estados submutuários, o BNB e o BID.

b. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post

A fim de poder avaliar o impacto do Programa sobre o turismo no Nordeste, o contrato de empréstimo define a preparação pelo BNB de uma avaliação Ex-Post dos resultados do Programa - Cláusula 4.13 (d) – com base na metodologia e de acordo com a diretrizes acordadas com o Banco. O Banco do Nordeste informou que certamente necessitará contar com o apoio do BID na orientação sobre como conduzir a Avaliação ex-post, inclusive quanto à metodologia a ser utilizada.

VII. Lições Aprendidas

Para a **Fase de Preparação de Projeto**:

1. A escolha das condições prévias deve ser adequada e realista em termos de prazos a serem cumpridos para que o contrato entre em vigor num prazo razoável depois dele assinado;
2. Os cronogramas adotados na preparação do Programa devem levar em conta a fase de escolha dos projetos a serem financiados, quando sua escolha depender da preparação de projetos executivos e estudos de viabilidade;
3. Desenvolver estudo para determinar o perfil da demanda potencial de turistas ao Brasil gerando elementos para o desenvolvimento de produtos turísticos ajustados a esses perfis;
4. Viabilizar a execução de planos de marketing destinados a captar o fluxo potencial;
5. Procurar centralizar esforços na estruturação pelo MTur de um sistema de informações turísticas com metodologia unificada de coleta e tratamento das informações, com processo de amostragem suficiente para gerar informações desagregadas por município;
6. Articular o enfoque estratégico dado ao setor turístico nas dimensões nacional, regional e local, alicerçado no perfil da demanda potencial e nas informações estatísticas sistematizadas, de modo a permitir definir as pertinências de atuação por produto, destino e/ou polo;
7. Rever no modelo do PDITS proposto no TR, tendo em vista institucionalizar um sistema de planejamento integrado e não a elaboração e validação de um programa de ações;
8. Estudar a possibilidade de elaboração prévia dos projetos executivos prioritários com recursos do Programa ou de Cooperação Técnica associada, de modo a agilizar a sua execução.

Para a **Execução de Projetos de Engenharia**: Interessante mencionar que os executores do Programa e o Banco partiram da hipótese que se tendo o projeto básico de engenharia pronto antes da execução deveria acelerar a sua implementação e que adotar um processo participativo com consultas nessa fase, levaria a um processo melhor de escolha dos investimentos no Programa. Com frequência, essas consultas serviram para alimentar interesses políticos em detrimento das análises técnicas. O resultado é que a implementação fica realmente prejudicada por projetos de engenharia mal definidos, que têm de ser refeitos ou melhorados, demandando tempo e recursos adicionais.

- 1 Os prazos necessários para preparar adequadamente os projetos executivos são de 6 meses a 1 ano, a licitação de obras toma no mínimo 3 meses (se não houver contestações



judiciais), a realização de desapropriações pode tomar até 1 ano e a obtenção de licenciamento ambiental de 1 a 6 meses;

- 2 É muito importante que seja melhorado o controle que os executores devem ter sobre a execução dos projetos de engenharia antes de sua aprovação para poder assegurar a boa implementação de programas. Para isso é também vital fazer mais visitas ao campo, combinado com revisões sistemáticas dos investimentos propostos para assegurar que os critérios técnicos sejam mantidos;
- 3 Os projetos de engenharia devem seguir as normas nacionais (ou internacionais, na ausência destas) e as firmas que produzem projetos mal feitos deveriam ir para uma lista negra.

Para o **Estabelecimento de Prioridades**:

Em programas com múltiplas atividades, quando os investimentos não são definidos a priori, além das exigências acima sobre a qualidade dos projetos de engenharia, é preciso assegurar-se que:

- 1 Os regulamentos operacionais que definem os critérios de elegibilidade são claros e tem respaldo técnico coerente e que geram dados de mercado e estudos para definir as necessidades reais;
- 2 Etapas do processo não estão sendo cortadas no que concerne a orçamentos e planejamento na preparação dos projetos; e
- 3 A melhor proposta técnica para a execução do projeto de engenharia está sendo contratada, mesmo que não seja a mais barata.

Para a **Análise ex-post de Viabilidade de uma Amostra de Projetos**

Importante registrar que não foi previsto no Contrato 1392/OC-BR nem no Regulamento Operacional do PRODETUR/NE II que o BNB viesse a realizar a análise *ex-post* da viabilidade socioeconômica de qualquer amostra de projetos do Programa, depois de implementados, que teria o objetivo de se comparar com a avaliação realizada previamente.

Também foi observado pelo BNB que uma parcela razoável dos estudos de viabilidade socioeconômica dos projetos do Programa foram realizados após a elaboração dos respectivos projetos executivos de engenharia.

Assim, as análises de viabilidade acabaram se tornando apenas uma etapa para a aprovação de cada projeto de obras para financiamento (ou mesmo para inclusão na contrapartida local), afastando-se do seu objetivo principal de funcionar como instrumento para a tomada de decisão da administração pública quanto à melhor alternativa de aplicação dos recursos, bem como de possibilitar uma posterior averiguação sobre os retornos esperados.

Para a **Administração da Execução do Projeto**:

Quanto à administração de Programas sugere-se que, enquanto são avaliadas as experiências em andamento de consultoria de apoio e sistema misto de apoio ao gerenciamento transformado após um determinado período em consultoria de apoio, seja adotada esta última solução.

A terceirização para firmas profissionais das atividades de coordenação e administração das agências executoras pode ser uma solução para empreender alguns projetos, mas o ideal é que parte dos recursos do projeto seja usado no desenvolvimento dessas habilidades dentro da própria executora para prepará-la para outros programas semelhantes.

Para programas de múltiplas atividades também é vital ter em mente que haverá investimentos em transportes, água e esgoto, renovação urbana, restauração de edifícios, ações ambientais, etc., ou seja, há responsabilidades que vão muito além da capacidade das agências executoras, que são tipicamente departamentos de turismo. Isso exige cooperação intensa com outros departamentos públicos (Rodoviário, Águas, Saneamento, Meio Ambiente) e a indispensável coordenação de ações, através de termos de cooperação ou convênios.

A elaboração do R.O. deveria estar sujeita a uma coordenação técnica que gerencie as diferenças de enfoque entre os diferentes especialistas e que permita gerar um documento integrado, evitando fragmentações, duplicidade de ações e, principalmente, evitar interpretações





distintas das regras dependendo do anexo utilizado como referência. O documento deveria ser sucinto com explicitação de minutas dos Termos de Referência;

Uma situação bastante favorável teria um Programa cuja concepção de Sistema de Gerenciamento e Avaliação fizesse parte de sua implementação prévia ou concomitante com o início do Programa;

Para o Relacionamento com as Comunidades:

É importante manter relações estreitas entre os executores e as comunidades, com permanente diálogo e canais de comunicação abertos, para evitar atrasos decorrentes de reclamações e ações tomadas por esses agentes contra as obras. O diálogo, o esclarecimento e a eventual mudança de projetos ou de formas ou cronograma de execução, é melhor que a imposição.

- 1 Pode-se considerar uma boa prática a de agregar algum percentual do valor de cada obra para investimentos ambientais a serem definidos conjuntamente com as comunidades, durante a execução. Esses investimentos, no entanto, deveriam estar suportados pelas orientações contidas no EIA/RIMA, para evitar ações politicamente motivadas;
- 2 Buscar fazer as negociações das desapropriações junto com a elaboração do Projeto Executivo de obra para não atrasar a execução e cumprir com os requisitos do Regulamento Operacional (RO) para desapropriações, principalmente em termos da atualização do cadastro. Esse procedimento ocorreria numa fase em que o assunto pode ser tratado de maneira mais serena do que quando as obras estão por começar e as negociações se revestem de urgência;
- 3 Pode-se constatar a conveniência de chamar o Ministério Público para participar ativamente das Audiências Públicas sobre os projetos a serem executados, para informá-los dos aspectos mais importantes da intervenção, receber suas sugestões prévias para melhoria dos projetos, visando evitar futuros problemas com as obras.

Para a Proteção dos Riscos Cambiais e Repasse de Recursos Financeiros:

Em financiamentos que envolvem risco de fortes mudanças cambiais, é importante prever que o executor se obriga a revisar mensalmente as matrizes de projetos para determinar a necessidade de cortes ou aportes de recursos adicionais, evitando assim que os investimentos financiados fiquem incompletos.

Quando houver repasse de recursos do mutuário para terceiros para financiar projetos que vão influir no resultado global e são administrados por esses terceiros, é importante ter mecanismos de coordenação que tomem em conta todas as entidades co-executoras e que permitam que lhes seja dado suporte para que tenham capacidade de ter seus projetos implementados por outros departamentos.

Para a Avaliação Posterior do Projeto:

Permanece válida a necessidade do estabelecimento de uma linha de base, metodologia de avaliação e de indicadores de desempenho e de impacto focalizados para avaliar as ações do Programa e factíveis do ponto de vista da sua obtenção.. Para diminuir o risco de descontinuidade, é bom ter um número reduzido desses indicadores, e que os escolhidos sejam os mais representativos.

Nos casos de Programas complexos como o PRODETUR, em que há vários executores envolvidos e vários grupos de subprojetos, poderia haver necessidade de indicadores de impacto característicos do ambiente em que são executados os projetos. No caso presente, apenas utilizou-se de indicadores de produtos das ações planejadas.

Também parece interessante exigir que no término do Programa seja prevista a preparação de um documento nos moldes do PCR para avaliar os resultados desses sub-empréstimos e o desempenho de seus executores. No âmbito do Programa geral seriam examinados somente alguns indicadores de impacto e de produto mais representativos do conjunto de ações previstas.



Anexos:

1. Ata do Seminário de Encerramento.
2. Quadro Custo de Programa por Componente e por Fonte de Financiamento (Planejado e Atual).
3. Avaliação do Mutuário.
4. Marco Lógico.
5. Ações Implementadas do PRODETUR/NE II.
6. Projetos Executados no Âmbito do PRODETUR/NE II, por Subcomponente.
7. Projetos Executados, por Estados.

AJUDA MEMÓRIA DO SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO

Contrato de Empréstimo nº 1392/OC-BR

I. INTRODUÇÃO

O Seminário de Avaliação Final do Programa PRODETUR/NE II foi realizado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, no dia 04 de julho de 2012, nas dependências do Organismo Executor do Programa, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

II. ABERTURA

Representando o BNB, Ocione Marques Mendonça, Gerente Geral da Equipe Central de Gestão (ECG) do Programa no BNB, inaugurou o seminário destacando a importância do Programa para cada um dos seis Estados sub-executores.

Em seguida, o chefe de equipe do Programa pelo BID, Joseph Milewski, apresentou o processo de encerramento do Programa, a função desta oficina, e a metodologia de preparação do relatório de conclusão de projeto, o PCR (*Project Completion Report*).

Estiveram presentes, representando o BID, além do chefe de equipe, Maria Claudia Perazza, co-chefe de equipe, a Manoela Lemos, consultora operacional e Antônio Carlos Holtz, consultor contratado pelo BID.

Por parte do BNB, estiveram presentes Ocione Marques Mendonça, Bruno Gabai (Gerente Operacional), Maria Lady Paz Sales Carmo (Gerente Financeira) e demais membros da equipe técnica da ECG e das Equipes Descentralizadas que acompanharam as ações do Programa nos estados da Bahia e Pernambuco.

Cerca de 50 pessoas estiveram presentes à abertura, incluindo representantes das 06 (seis) Unidades Executoras Estaduais do Programa. A programação do Seminário está apresentada no Anexo 2-A e a lista dos convidados e presentes encontra-se no Anexo 2-B desta Ajuda Memória.

Os facilitadores Ocione Marques Mendonça e Joseph Milewski tiveram a missão de conduzir os trabalhos, direcionar as intervenções e assegurar que todas as questões fossem respondidas.

III. METODOLOGIA

Tendo concluído a formalidade de abertura e dando início aos trabalhos, o Representante do BNB, Sr. Ocione Marques Mendonça, apresentou a Metodologia do Seminário, cuja descrição está incluída como Anexo 2-C.

IV. OBSERVAÇÕES SOBRE O PRODETUR/NE II E SEU PCR

a. Apresentação do BNB:

O Coordenador Operacional do Programa, Sr. Bruno Gabai, enfatizou as ações realizadas e a importância da contribuição do BID para a viabilização do Programa. Apresentou as lições aprendidas na execução do PRODETUR/NE II, onde foram ressaltados os seguintes itens:

- i. Importância de instrumentos de planejamento do turismo de longo prazo (PDITS) e da revisão periódica deste planejamento e das metas do Programa - Matrizes;
- ii. Maior participação dos municípios no processo de planejamento e definição das prioridades do Programa;



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE PRODETUR/NE II

- iii. Importância da estruturação de equipes técnicas permanentes nas Unidades Executoras Estaduais (UEE) para a gestão física e financeira do Programa;
- iv. Necessidade de utilização mais efetiva do Sistema de Gerenciamento do Programa pelas UEEs.
- v. Maior articulação institucional entre UEEs e órgãos executores setoriais e outros órgãos que tenham interferência direta na aprovação e execução dos projetos;
- vi. Efetiva inserção da população no processo de desenvolvimento do Projeto – através de consulta pública;
- vii. Efetivo acompanhamento dos órgãos executores das questões ambientais e sociais da obra, buscando antever a geração de impactos e passivos ambientais;
- viii. Maior rigor crítico dos órgãos executores no acompanhamento da conduta das construtoras e supervisoras;
- ix. Inserção efetiva da avaliação dos critérios ambientais das obras nos relatórios de supervisão;
- x. Melhor avaliação do tempo de execução das ações de modo a evitar a formalização consecutiva de aditivos de prazo, ou seja, melhor planejamento da execução da obra – incluindo desapropriações e outros fatores externos;
- xi. Avaliação de projetos com visitas de campo para verificação de condições de execução da obra;
- xii. Melhor avaliação do planejamento das obras antes da assinatura de aditivos;
- xiii. Estudo de viabilidade econômica serviu apenas para o cumprimento das condições prévias;
- xiv. Importância do estabelecimento de linha de base, metodologia de avaliação e indicadores de impacto no início do Programa e com visão realista;
- xv. Importância de contar com Sistema de gerenciamento e monitoramento implantado desde o início do Programa.

b. Apresentação do PCR:

O Consultor do BID o Sr. Antônio Carlos Holtz, fez a apresentação da minuta do PCR. Após a apresentação do relatório, foram identificados os seguintes temas chave para as discussões com os participantes:

- Cumprimento das Condições Prévias e atrasos ao início do Programa;
- Arquitetura do Programa;
- Execução do Componente 3;
- Impacto da baixa qualidade dos projetos básicos e executivos;
- Qualidade da Gestão Ambiental;
- Sustentabilidade das ações pós-programa;
- Avaliação econômica das obras;
- Avaliação de impacto do programa;

c. Comentários da UEE - BAHIA:

O representante da Bahia enfatizou como principal aspecto positivo do Programa a continuidade e integração dos investimentos dos Programas PRODETUR/NE I e II na Bahia, destacando ações como a implantação de rodovia no formato Estrada Parque com qualidade paisagística voltada para o Turismo entre Camamu e Itacaré (no PRODETUR/NE II) e entre Itacaré e Ilhéus (no PRODETUR/NE I). Destacou também a importância da parceria entre o DERBA (órgão responsável pela implantação das rodovias) e os órgãos de Meio Ambiente e a comunidade local, que constituíram um Grupo Intersinstitucional de Acompanhamento da obra, o qual consistiu em um fórum de acompanhamento e discussão sobre a execução da obra, de onde surgiram várias iniciativas que contribuíram



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE PRODETUR/NE II

significativamente para que o empreendimento tivesse resultados bastante satisfatórios no que se refere à preservação ambiental e aos interesses da comunidade beneficiada. Esta experiência surgiu desde o trecho implantado no PRODETUR/NE I e vem sendo adotada em outras obras do Estado.

Como recomendações para futuros projetos, indicou a necessidade de melhorar o desenho dos projetos básicos e executivos para minimizar os atrasos na execução e a necessidade dos aditivos de contratos, trabalhando inclusive com as comunidades impactadas. Outra medida importante destacada como boa prática pela técnica do BNB responsável pelo acompanhamento das obras no Estado, Mônica Bezerra, é a de destinar 5% do valor de cada obra para investimentos ambientais a serem definidos conjuntamente com as comunidades durante a execução.

d. Comentários da UEE - CEARÁ

A Representante do Ceará focalizou seu comentário sobre a conveniência de se avaliar a possibilidade de se realizar as negociações das desapropriações junto com a elaboração do Projeto Executivo de obra para não atrasar a execução e cumprir com os requisitos do Regulamento Operacional (ROP) para desapropriações, principalmente em termos da atualização do cadastro. Esse procedimento ocorreria numa fase em que o assunto pode ser tratado de maneira mais tranquila do que quando as obras estão se iniciando e as negociações se revestem de urgência.

Também considerou que o Prodetur/NE II melhorou a qualidade ambiental das ações do Estado, inclusive aumentando o saneamento básico na região. Finalmente destacou a importância da capacitação empresarial e capacitação profissional do Programa, com seu impacto positivo no Ceará, Estado este em que se adotou, segundo a UEE, um cadastro dos treinados para posterior verificação dos resultados alcançados com esse treinamento.

e. Comentários da UEE - MINAS GERAIS

A UEE/MG contou com uma gestão descentralizada da execução. Por parte da UEE do Estado de Minas Gerais, a principal externalidade positiva do Programa tem sido a integração dos estudos de viabilidade econômica dentro do DER/MG, órgão que passou a adotar esse procedimento após o PRODETUR/NE II e com isso aumentou a qualidade dos projetos.

Outro exemplo de ação positiva oriunda do Programa tem sido que a empresa de água e saneamento do Estado a COPASA, incorporou mais elementos de gestão ambiental nos seus projetos, tal como a construção de aterros de resíduos sólidos das Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) para cumprir com os requisitos ambientais do Programa;

f. Comentários da UEE - PERNAMBUCO

A equipe de Pernambuco ressaltou o alto custo da perda da memória institucional causado pela troca de equipe técnica durante a execução do Programa, não só no nível estadual, como também nas prefeituras, geralmente após mudanças políticas. O comentário sobre o baixo nível de capacidade técnica nas prefeituras foi reforçado por outros participantes do seminário, reconhecendo que muitas vezes as prefeituras contam somente com técnicos com cargos comissionados ou contratos temporários.

g. Comentários da UEE - PIAUÍ

A principal observação do Representante do Piauí foi da necessidade de melhorar a qualidade dos Projetos Executivos de obras, já que projetos executivos fracos impactam nos prazos e custos das mesmas.

h. Comentários da UEE - RIO GRANDE DO NORTE

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE PRODETUR/NE II

A UEE destacou que em sua estrutura possuía técnicos oriundos de vários órgãos executores (DER, CAERN etc.), cedidos à Secretaria de Turismo, o que favorecia a uma melhor permeabilidade e interlocução nos vários órgãos.

i. Outros Comentários

Um ponto interessante levantado foi a conveniência de chamar o Ministério Público para participar ativamente das Audiências Públicas sobre os projetos a serem executados para informá-los dos aspectos mais importantes da intervenção, receber suas sugestões prévias para melhoria dos projetos visando evitar futuros problemas com as obras.

Outro ponto levantado no seminário foi a importância de os governos adotarem medidas visando aumentar a internalização, para o próprio Polo, da renda gerada pelo turismo, a qual pode estar sendo reduzida, às vezes em grande parte, em favor de fornecedores de outras áreas do país.

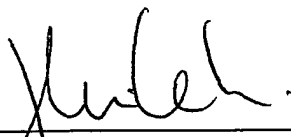
V. Apresentação do Impacto Econômico do Turismo no Nordeste.

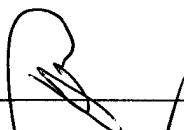
A convite do BID e BNB, a Prof.^a Francisca Diana fez uma apresentação dos resultados das pesquisas sobre os impactos econômicos da atividade turística no Nordeste realizadas como parte da sua tese de doutorado.

VI. ENTREGA DO RELATÓRIO FINAL DO PCR

O consultor do BID entregará em duas semanas ao BID e ao Mutuário uma versão atualizada do Relatório de Término do Programa (PCR) e seus anexos, incorporando as observações pertinentes do seminário de encerramento.

Fortaleza, 04 de julho de 2012



Joseph Milewski
Chefe de Equipe do Programa - BID

Ocione Marques Mendonça
Representante do BNB

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE PRODETUR/NE II

Anexos: AGENDA e lista de participantes



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR/NE APRESENTAÇÃO DA MINUTA DO RELATÓRIO FINAL DE PROJETO PROJECT COMPLETION REPORT (PCR)

Local: Banco do Nordeste - Sala de reuniões do EPENE - Centro Administrativo Presidente
Getúlio Vargas - Bloco A2 - Terceiro
Data: 04/07/2012

Programação

09:00 - Chegada ao Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas - Bloco A2

09:30 - Sessão de Abertura

- Representante do BID - Joseph Milewski
- Representante do BNB - Ocione Marques Mendonça

09:45 - Apresentação da Minuta do Relatório Final de Projeto (Project Completion Report - PCR)

- Consultor do BID - Antonio Carlos Teffé Holtz

10:45 - Intervalo

11:00 - Beneficiários do Programa - Debates

12:00 - Almoço

14:00 - O PRODETUR e o Banco do Nordeste

- Bruno Gabai - Central Operacional para o Setor Público

15:00 - Apresentação Impacto Econômico do Turismo no Nordeste

- Profª Francisca Diana Ferreira Viana/Diomira Maria

16:30 - Contribuições para o Relatório

17:00 - Encerramento

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE PRODETUR/NE II



PRODETUR/NE II - PCR
CONVIDADOS

	NOME	INSTITUIÇÃO	CONTATO	E-MAIL	ASSINATURA
1	Juliana Cruz	UEE/BA	(71) 3196 4158	juliana.cruz@bancodone.com.br	
2	Antônio Sérgio Pedreira	UEE/BA	(71) 3116 4159	antonio.sergio@turismo.ba.gov.br	
3	Salviano Medeiros Filho	UEE/OE	(85) 9986 8939	salviano@bancodone.com.br	
4	Olga Valéria Barbosa	UEE/OE		olga.valeria@bancodone.com.br	
5	Leonardo Menezes	UEE/MG		leonardo@bancodone.com.br	
6	Ângelo Rezende	UEE/MG	(31) 3915-9594	angelorezende@bancodone.com.br	
7	Stélio de Coura Cuentro	UEE/PE	(51) 9498 4048	stelio.cuentro@bancodone.com.br	
8	Adolfo Martins de Moraes	UEE/PI	(85) 9986 8939	adolfo.martins@bancodone.com.br	
9	Nicodemus Ferreira	UEE/RN	(85) 3237 2331	nicodemus@bancodone.com.br	
10	Maria Cláudia Perazza	BID	1.202-623 2588	mariaclaudia@bancodone.com.br	
11	Marcia Lemos	BID	(61) 3313 4269	marcia.lemos@bancodone.com.br	
12	Joseph Cristófer Milewski	BID	(61) 3313 4269	joseph.milewski@bancodone.com.br	
13	Antonio Carlos Tatti	BID	41-9199 2436	antonio.tatti@bancodone.com.br	
14	Zuleide Amorim	SETUR/PI	85-9439 3367	zuleide@bancodone.com.br	
15	Cleia Silveira	SETUR/PI	(86) 3316 3203	cleia.silveira@bancodone.com.br	
16	José Valdo Mesquita	UEE/OE	85 31014678	jose.valdo@bancodone.com.br	
17	Izelda Rocha	UEE/OE		izelda@bancodone.com.br	
18	Maria Alice	UEE/OE		maria.alice@bancodone.com.br	
19	Diomira Maria	BID/BNB	31-88140390	diomira@bancodone.com.br	
20	Francisca Diana	BID/BNB	(31) 9329 8003	francisca.diana@bancodone.com.br	
21	Bruno GABAI	BNB	85-3877-8121	bruno.gabai@bancodone.com.br	
22	CLAUDEMIR Marcelino de Souza	BNB	85-3299 3523	claudemir@bancodone.com.br	

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE PRODETUR/NE II



PRODETUR/NE II - PCR
CONVIDADOS

NOME	INSTITUIÇÃO	CONTATO	E-MAIL	ASSINATURA
23 DEBORAH Maria Esmeraldo Lima	BNB	(85) 32299-3116	deborahm@bnb.gov.br	Robson Almeida
24 ELIZABETH Castelo Branco	BNB	(85) 32299-3706	elizabeth@bnb.gov.br	Robson Almeida
25 FÁTIMA Maria Fátima	BNB	(85) 32299-3518	fati@bnb.gov.br	Robson Almeida
26 FRANCISCO de Assis de Moraes Lisboa	BNB	(85) 32299-3518	francisco@bnb.gov.br	Robson Almeida
27 JANE Mary Gondim de Souza	BNB	(85) 32299-3518	jane@bnb.gov.br	Robson Almeida
28 JOAO CESAR Bispo Lisboa	BNB	(85) 32299-3518	joao@bnb.gov.br	Robson Almeida
29 JUSCELINO de Cunha Alexandre	BNB	(85) 32299-3518	juscelino@bnb.gov.br	Robson Almeida
30 JUSSARA Lima Ramos Hoiesch	BNB	(85) 32299-3518	jussara@bnb.gov.br	Robson Almeida
31 LAURA Lúcia Ramos Freire	BNB	(85) 32299-3518	laura@bnb.gov.br	Robson Almeida
32 LEANDRO Bezerra de Menezes Filho	BNB	(85) 32299-3518	leandro@bnb.gov.br	Robson Almeida
33 LORENA de Fátima de Araújo Chagas	BNB	(85) 32299-3518	lorena@bnb.gov.br	Robson Almeida
34 MÁRCIO Menezes Porto	BNB	(85) 32299-3518	marcio@bnb.gov.br	Robson Almeida
35 Luiz Fernando Gonçalves Viana	BNB	(85) 32299-3518	luiz@bnb.gov.br	Robson Almeida
36 Maria LADY Paz Sales Carmo	BNB	(85) 32299-3518	maria@bnb.gov.br	Robson Almeida
37 Maria TERTULIANA Meia Araújo	BNB	(85) 32299-3518	maria@bnb.gov.br	Robson Almeida
38 MONICA Torres Bezerra	BNB	(85) 32299-3518	monica@bnb.gov.br	Robson Almeida
39 João Antônio de Castro	BNB	(85) 32299-3518	joao@bnb.gov.br	Robson Almeida
40 OCIONE Marques Mendonça	BNB	(85) 32299-3518	ocione@bnb.gov.br	Robson Almeida
41 RÉGIA Maria Lemos Campello	BNB	(85) 32299-3518	regia@bnb.gov.br	Robson Almeida
42 SILVIA de Fátima PIMENTA Sampaio	BNB	(85) 32299-3518	silvia@bnb.gov.br	Robson Almeida
43 SIMONE Eugênia Melo de Lima	BNB	(85) 32299-3518	simone@bnb.gov.br	Robson Almeida
44 JOÃO GREGÓRIO DOS SANTOS	BNB	(85) 32299-3518	joao@bnb.gov.br	Robson Almeida

[Handwritten signature]

ANEXO 2 – Custos do Programa.

Anexo 2A

Itens	Categorias de Investimento	Orçamento Inicial (Anexo A do Contrato Original)			Orçamento Vigente			DIFERENÇA
		BID	APORTE LOCAL	TOTAL	BID	PORTE LOCA	TOTAL	
		Mil US\$	Mil US\$	Mil US\$	Mil US\$	Mil US\$	Mil US\$	
I	Engenharia e Administração	4.250	10.750	15.000	2.182	10.750	12.932	-2.068
1.1	Unidades Executoras	0	10.000	10.000	0	10.000	10.000	0
1.2	Revisão Técnica Externa	4.250	750	5.000	2.182	750	2.932	-2.068
II	Custos Diretos	232.000	107.500	339.500	237.659	107.500	345.159	5.659
2.1	Fortalecimento Municipal	32.650	32.650	65.300	32.148	32.650	64.798	-502
2.1.1	Gestão Fiscal	995	995	1.990	0	995	995	-995
2.1.2	Gestão Turística	6.610	6.610	13.220	877	6.610	7.487	-5.733
2.1.3	Gestão de Resíduos Sólidos	7.545	7.545	15.090	822	7.545	8.367	-6.723
2.1.4	Proteção a Recursos Naturais	5.000	5.000	10.000	2.113	5.000	7.113	-2.887
2.1.5	Patrimônio Cultural	5.000	5.000	10.000	12.048	5.000	17.048	7.048
2.1.6	Urbanização de Áreas Turísticas	7.500	7.500	15.000	16.288	7.500	23.788	8.788
2.2	Planejamento, Capacitação e Infraestrutura	184.150	69.750	253.900	205.195	69.750	274.945	21.045
2.2.1	Planejamento Estratégico	8.150	8.150	16.300	7.195	8.150	15.345	-955
2.2.2	Campanhas de Conscientização	3.000	2.000	5.000	0	2.000	2.000	-3.000
2.2.3	Capacitação Profissional	16.000	2.800	18.800	7.681	2.800	10.481	-8.319
2.2.4	Água e Saneamento	76.700	34.050	110.750	56.915	34.050	90.965	-19.785
2.2.5	Obras de Infraestrutura	80.300	22.750	103.050	133.404	22.750	156.154	53.104
2.3	Promoção de Investimento Privado	15.200	5.100	20.300	316	5.100	5.416	-14.884
2.3.1	Treinamento, Seminários e Oficinas de Trabalho	6.100	2.050	8.150	316	2.050	2.366	-5.784
2.3.2	Planos e Campanhas de Marketing	9.100	3.050	12.150	0	3.050	3.050	-9.100
III	Outros Custos	1.350	250	1.600	16	250	266	-1.334
3.1	Avaliação e Acompanhamento	1.100	200	1.300	16	200	216	-1.084
3.2	Auditoria	250	50	300	0	50	50	-250
IV	Custos Financeiros	2.400	41.500	43.900	143	41.500	41.643	-2.258
4.1	Juros	0	36.700	36.700	0	36.700	36.700	0
4.2	Comissão de Crédito	0	4.800	4.800	0	4.800	4.800	0
4.3	Inspeção e Supervisão	2.400	0	2.400	143	0	143	-2.258
	TOTAL	240.000	160.000	400.000	240.000	160.000	400.000	-1

Anexo 2B Calendário de Investimentos			
Anos	Observado		
	BID	APORTE LOCAL	TOTAL
	Mil US\$	Mil US\$	Mil US\$
2003			0,00
2004	142,50	0,00	142,50
2005	1.482,87	3.032,77	4.515,64
2006	6.102,11	696,41	6.798,52
2007	28.245,24	16.682,44	44.927,68
2008	54.393,10	40.574,31	94.967,41
2009	39.314,72	26.366,25	65.680,97
2010	55.363,67	31.816,50	87.180,17
2011	42.755,79	13.843,04	56.598,83
2012	11.368,51	38.734,35	50.102,86
Fundo de Reserva (Devolução)	631,49		631,49
TOTAL	239.800,00	171.746,07	411.546,07

Anexo 2C Investimentos Realizados - Desembolsos do BID
Montantes em US\$ (*)

Categoria	Aprovado	Desembolsado	%	Disponível
Administração e Supervisão	2.182.347,17	1.834.391,95	76,66	347.955,22
Custos Diretos	237.658.806,25	237.175.276,08	95,62	483.530,17
Outros Custos	16.346,58	16.346,58	1,21	0,00
Custos Financeiros	142.500,00	142.500,00	100,00	0,00
Fundo de Reserva (Devolução)	0,00	631.485,39		-631.485,39
TOTAL	240.000.000,00	239.800.000,00	99,92	200.000,00

(*) Fonte: Executive Financial Summary (28/03/2012), com transferências acertadas em 2008

Anexo 2D Investimentos Realizados - Desembolsos de Contrapartida
Montantes em US\$ (*)

Categoria	Aprovado	Desembolsado	%	Disponível
Administração e Supervisão	10.750.000,00	2.100.486,20	19,54	8.649.513,80
Custos Diretos	107.500.000,00	155.546.537,18	144,69	-48.046.537,18
Outros Custos	250.000,00	1.705,97	0,68	248.294,03
Custos Financeiros	41.500.000,00	14.097.337,13	33,97	27.402.662,87
Fundo de Reserva	0,00	0,00		0,00
TOTAL	160.000.000,00	171.746.066,48	107,34	-11.746.066,48

(*) Fonte: Orçamento vigente, com transferências acertadas em 2008

ANEXO 3 - Avaliação do BID pelo Mutuário

Desempenho do Banco			
<input type="checkbox"/> Muito Satisfatório	<input checked="" type="checkbox"/> S Satisfatório	<input type="checkbox"/> Insatisfatório	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório

Comentários:

Como resultado do planejamento e execução do Prodetur/NE I e II, o BNB consolidou seus conhecimentos com vistas a atender às demandas de serviços inerentes à contratação, implementação e gestão de operações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, notadamente quanto ao cumprimento dos critérios técnicos de elegibilidade dos projetos e das políticas e normas do BID.

Registramos que a atuação da equipe do BID, não obstante mudanças consecutivas de Especialistas na condução do Programa junto ao Banco do Nordeste, foi fundamental para o aprimoramento da parceria entre BID, BNB e Estados, através de suas Unidades Executoras Estaduais.

O resultado dessa parceria, no acompanhamento do Programa no seu “pari passu”, resultou no êxito e na boa consecução dos objetivos propostos na implementação do Programa, onde sistematicamente atuaram em conjunto procurando soluções visando a minimizar as dificuldades encontradas pelos co-executores na condução da operação; muitas vezes flexibilizando situações que, na prática somente caso a caso poderiam ser equacionadas, dada as especificidades de cada ente subcontratado. Todavia, entende-se que é possível aprimorar esse apoio, notadamente nas etapas de análise e acompanhamento dos projetos.

Ademais, avalia-se positivamente a flexibilidade demonstrada pelo Banco quando da realização das modificações no contrato de empréstimo e nas sucessivas prorrogações concedidas, as quais foram fundamentais para a viabilidade da implementação de todas as ações do PRODETUR/NE II.

Desta forma, acreditamos que os esforços despendidos pelo BID e pelo Banco do Nordeste somaram-se para o sucesso da conclusão satisfatória do Programa (Fase I) e para uma futura Fase II (PRODETUR/NE III), cabendo assim para ambos o compromisso da transparência e parceria na continuidade da qualidade dos serviços prestados nos papéis de Banco e Mutuário.

ANEXO 4

Marco Lógico do PRODETUR NE II

RESUMO	INDICADORES		MEIOS DE VERIFICAÇÃO	HIPÓTESES																																				
FIM																																								
1. Melhorar a qualidade de vida da população residente nos Pólos Turísticos.	1.1 Os empregos diretos permanentes em hotéis e restaurantes cresce num ritmo mais rápido que no período 1995/2000 nos polos: <table><tr><td>Polo</td><td>Ano 2000 (*)</td><td>Taxa %</td></tr><tr><td>Descobrimento</td><td>3.583</td><td>12,4</td></tr><tr><td>Coqueirais</td><td>2.341</td><td>17,7</td></tr><tr><td>Dunas</td><td>6.375</td><td>9,8</td></tr></table> 1.2 Renda de ISS dos municípios dos polos cresce a uma taxa maior que do período 1995/2000 <table><tr><td>Descobrimento</td><td>R\$2.978.892,00</td><td>5,6 %</td></tr><tr><td>Coqueirais</td><td>R\$28.146.595,00</td><td>14,5</td></tr><tr><td>Dunas</td><td>R\$33.936.032,00</td><td>19,8</td></tr></table> 1.3 Renda do IPTU dos municípios dos polos cresce a uma taxa maior que no período 1995/2000 <table><tr><td>Descobrimento</td><td>R\$1.576.391,00</td><td>6,6 %</td></tr><tr><td>Coqueirais</td><td>R\$20.257.864,00</td><td>17,6</td></tr><tr><td>Dunas</td><td>R\$13.919.773,00</td><td>8,0</td></tr></table> 1.4 Porcentagem da população dos três polos que creem que o turismo beneficia o povo aumenta.		Polo	Ano 2000 (*)	Taxa %	Descobrimento	3.583	12,4	Coqueirais	2.341	17,7	Dunas	6.375	9,8	Descobrimento	R\$2.978.892,00	5,6 %	Coqueirais	R\$28.146.595,00	14,5	Dunas	R\$33.936.032,00	19,8	Descobrimento	R\$1.576.391,00	6,6 %	Coqueirais	R\$20.257.864,00	17,6	Dunas	R\$13.919.773,00	8,0	1.1 Dados do RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais) 1.2 Dados dos balanços municipais (data) 1.3 Dados dos Municípios 1.4 Enquete com a população a cada três anos							
Polo	Ano 2000 (*)	Taxa %																																						
Descobrimento	3.583	12,4																																						
Coqueirais	2.341	17,7																																						
Dunas	6.375	9,8																																						
Descobrimento	R\$2.978.892,00	5,6 %																																						
Coqueirais	R\$28.146.595,00	14,5																																						
Dunas	R\$33.936.032,00	19,8																																						
Descobrimento	R\$1.576.391,00	6,6 %																																						
Coqueirais	R\$20.257.864,00	17,6																																						
Dunas	R\$13.919.773,00	8,0																																						
PROPÓSITO DO PROGRAMA																																								
2. Aumentar de maneira sustentável a renda gerada pelo turismo nos polos através do crescimento das receitas provenientes da atividade turística e da melhora da capacidade de gestão dessas receitas por parte dos Estados e Municípios	2.1 Número de turistas cresce nos polos <table><tr><td>Projeto</td><td>Linha de Base</td><td>Intermediários</td><td>Término de</td></tr><tr><td>Polo</td><td>2000</td><td>2005</td><td>2010</td></tr><tr><td>Descobrimento</td><td>1.037.500</td><td>1.262.200</td><td>1.535.700</td></tr><tr><td>Coqueirais</td><td>408.500</td><td>546.700</td><td>693.900</td></tr><tr><td>Dunas</td><td>1.008.400</td><td>1.219.100</td><td>1.530.900</td></tr></table> 2.2 Número de unidades habitacionais cresce nos polos <table><tr><td>Descobrimento</td><td>11.609</td><td>12.100</td><td>16.900</td></tr><tr><td>Coqueirais</td><td>2.434</td><td>3.100</td><td>4.500</td></tr><tr><td>Dunas</td><td>9.085</td><td>10.400</td><td>12.100</td></tr></table> 2.3 Aumento sustentado da participação dos hotéis e restaurantes nas categorias superiores nos polos 2.4 Aumenta em relação a 2002 a satisfação dos turistas com a limpeza pública, sinalização turística e qualidade ambiental <table><tr><td></td><td>2002</td><td>2004</td><td>2006</td></tr></table> 2.5 Índice de satisfação dos turistas com os serviços proporcionados por pequenas e médias empresas de turismo aumenta.		Projeto	Linha de Base	Intermediários	Término de	Polo	2000	2005	2010	Descobrimento	1.037.500	1.262.200	1.535.700	Coqueirais	408.500	546.700	693.900	Dunas	1.008.400	1.219.100	1.530.900	Descobrimento	11.609	12.100	16.900	Coqueirais	2.434	3.100	4.500	Dunas	9.085	10.400	12.100		2002	2004	2006	2.1 Dados da Secretaria de Turismo dos Estados_ 2.2 Associação Brasileira de Hotéis/Secretaria Turismo Estados (data) 2.3 Publicação Anual do Guia 4 Rodas 2.4 Enquete bianual com turistas 2.5 Enquete bianual com turistas	Parte do incremento da renda municipal é utilizada para beneficiar a população de baixa renda. Há vontade política de cobrar o IPTU. As empresas turísticas conseguem a maior parte de seus empregados na população residente nos Polos. Criação de oportunidades de emprego em coordenação com o setor privado.
Projeto	Linha de Base	Intermediários	Término de																																					
Polo	2000	2005	2010																																					
Descobrimento	1.037.500	1.262.200	1.535.700																																					
Coqueirais	408.500	546.700	693.900																																					
Dunas	1.008.400	1.219.100	1.530.900																																					
Descobrimento	11.609	12.100	16.900																																					
Coqueirais	2.434	3.100	4.500																																					
Dunas	9.085	10.400	12.100																																					
	2002	2004	2006																																					

PROPÓSITO DOS COMPONENTES			
RESUMO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	HIPÓTESES
1 Componente 1: Fortalecimento Municipal Turístico:	1.1 Grau de satisfação da Associação de Empresas Turísticas com a segurança pública, limpeza das praias e espaços públicos, manutenção desses espaços e do patrimônio natural e histórico dos polos 1.2 Normas de urbanização e códigos de construção na orla cumpridos. 1.3 Cadastros atualizados antes de 2004 em todos municípios dos polos e funcionários capacitados pelo Programa trabalhando no faturamento e cobrança de IPTU. 1.4 Aumento da porcentagem de pessoas nos municípios que conheçam o conteúdo do projeto de conscientização.	1.1 Enquete anual bianual. 1.2 Relatório semestral de ONG contratada para monitorar o Programa. 1.3 Relatório de progresso da unidade executora. 1.4 Enquete anual bianual	Conselhos Turísticos efetivamente operando. Vontade política de ser mais independente dos Estados e do Governo Federal. O Estado é efetivo em manter a infraestrutura pública.
2. Componente 2: Fortalecimento Estadual com melhora do Planejamento, Capacitação, Infraestrutura	2.1 Índice de balneabilidade das principais praias na alta estação dos polos mantém o valor de 2000 ou melhora. 2.2 O número de veículos usando os caminhos de acesso do Programa aumenta, contando a partir da implantação. 2.3 As áreas que foram desflorestadas, pela erosão ou outros problemas originados no Prodetur/NE I tratadas e replantadas. 2.4 Aumento da porcentagem da mão de obra empregada em hotéis e restaurantes que estejam nos polos há mais de 5 anos, a partir de um estudo de base.	2.1 Órgão Ambiental Estadual 2.2 Contagem de tráfego de uma semana na estação alta e na estação baixa a cada 3 anos. 2.3 Relatório semestral de ONG contratada para monitorar o Programa. 2.4 Enquete realizada em 2002 e a cada 2 anos depois	Se mantém estáveis as variáveis macro -econômicas. A demanda de turismo para o Nordeste segue crescendo. Bolsas de emprego operando e atualizadas.
3. Componente 3: Promoção de Investimento Privado	3.1 Número de pequenas e médias empresas com o Selo de Compromisso com a Qualidade	3.1 Sistema Brasileiro de Certificação Profissional para o Setor Turismo.	

Anexo 5: AÇÕES IMPLEMENTADAS PELO PRODETUR/NE II (FINANCIAMENTO E CONTRAPARTIDA)

Estado da Bahia

Implementação dos Planos de Gestão Municipal do Turismo no municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Cairu, Camamu, Itacaré, Maraú, Valença, Camaçari, Itaparica, Mata de São João, Vera Cruz

Avaliação Regional da Gestão de Resíduos Sólidos da Costa do Descobrimento

Elaboração do Estudo Sócioeconômico - Aterro/Coleta Seletiva na Península de Maraú

Elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) e Educação Ambiental da Sede e Ilhas de Cairu e Boipeba

Avaliação Regional da Gestão dos Resíduos Sólidos do Circuito do Diamante

Elaboração do PGIRS e Educação Ambiental na Península de Maraú

Recuperação e Educação Ambiental na Bacia do Rio dos Mangues

Aquisição de Mobiliário para a APA de Caraíva - Trancoso

Elaboração do Plano de Manejo e Educação Ambiental da APA da Baía de Camamu

Revisão do Plano de Manejo da APA de Guaibim

Recuperação do Palacete das Artes - Museu Rodin

Restauração da Casa das Sete Mortes

Restauração da Igreja N. Sra. da Conceição do Boqueirão

Recuperação da Nova Sede do IPAC

Recuperação do Forte Santo Antonio Além do Carmo

Recuperação do Palácio Rio Branco

Recuperação da Igreja e Cemitério do Pilar

Elaboração do Projeto de Urbanização e Drenagem de Imbassaí

Elaboração do Projeto de Urbanização de Morro de São Paulo

Elaboração do Projeto de Urbanização da Orla de Guaibim

Elaboração do Projeto de Sinalização Turística da Costa do Descobrimento

Elaboração do Projeto de Sinalização do Polo Litoral Sul

Atualização dos Projetos de Recuperação do Centro Histórico de Salvador - 6ª Etapa

Urbanização e Drenagem de Imbassaí

Urbanização Paisagística e Funcional do Centro Histórico de Itaparica e Bica de Itaparica

Urbanização de Morro de São Paulo

Urbanização do Polo Turístico e Hoteleiro de Armação - Salvador

Elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) para os Polos Salvador e Entorno, Litoral Sul e Descobrimento

Fortalecimento Institucional do Órgão Gestor do Turismo

Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Porto Seguro - Setor B e C

Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Canavieiras

Sondagem para implantação do Sistema de Abastecimento de Água (SAS) da Barra Grande - Maraú

Implantação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) de Imbassaí

Execução do PRAD da Rodovia Santa Cruz Cabralia/Belmonte

Implantação da Sinalização Turística da Costa do Descobrimento

Rodovia BA 001- Implantação do Trecho Itacaré/Camamu

Pesq. diag. e elab.dos Proj.de Capacitação dos Polos Litoral Sul e Salvador e Entorno

Execução do Programa de Capacitação Empresarial da Costa do Descobrimento

Execução do Programa de Capacitação Empresarial do Polo Salvador e Entorno

Execução do Programa de Capacitação Profissional da Costa do Descobrimento

Estado do Ceará

Elaboração Plano de Gestão Fiscal de Aquiraz

Elaboração de Plano Diretor Municipal de Itarema

Elaboração do Estudo Socioeconômico do Patrimônio Histórico de Fortaleza

Revitalização do Prédio da EMCETUR

Restauração do Teatro Carlos Câmara

Restauração do Museu Sacro São José de Ribamar - Aquiraz

Restauração do Seminário da Prainha

Revitalização Urbana da Vila do Pecém

Urbanização da Orla do Paracuru

Fortalecimento Institucional da SETUR

Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Costa do Sol

Elaboração da Base Cartográfica do Polo Costa do Sol

Diagnóstico e elaboração do Programa de Capacitação do Polo Costa do Sol

Execução do Programa de Capacitação Profissional do Polo Costa do Sol

Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) de Jericoacoara

Implantação da Rodovia CE-085 - Trecho Barrento/ Aracatiara

Implantação da Rodovia CE-085 - Trecho Aracatiara/ Itarema

Implantação da Rodovia CE-085 - Trecho Jijoca/Parazinho

Implantação da Rodovia CE-085 - Trecho Parazinho/Granja

Duplicação da CE-040 - Trecho Aquiraz/Barra-entroncamento CE 453

Melhoramento e pavimentação da CE 176 - Trecho Amontada/Aracatiara/Icaraí

Melhoramento e pavimentação da Rodovia CE-311 - Trecho Granja/Viçosa do Ceará

Melhoramento e pavimentação da Rodovia CE 177- Trecho Itarema/ Almofala

Estado de Minas Gerais

Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo do Jequitinhonha

Diagnóstico e Elaboração do Programa de Capacitação Profissional e Empresarial do Polo do Jequitinhonha

Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Diamantina

Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Serro

Ampliação e Melhoria do Aeródromo JK de Diamantina

Melhoramento e pavimentação da Rodovia Milho Verde / Serro

Estado de Pernambuco

Plano de Preservação e de Gestão do Sítio Histórico de Vila Velha, em Itamaracá

Elaboração do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGIRS) de Igarassu, Itapissuma e Itamaracá

Elaboração do PGIRS de Ipojuca

Elaboração do PGIRS para Fernando de Noronha

Revisão do Plano de Manejo da APA de Guadalupe

Implantação da Estação Cultural Museu da Cidade do Recife no Forte de Cinco Pontas

Elaboração do Projeto de Requalificação do Engenho Monjope em Igarassu

Implantação do Projeto Trilhas do Patrimônio - Bairro do Recife

Requalificação Urbana do Molhe de Brasília Teimosa e acesso ao Parque das Esculturas

Requalificação Urbana do Alto da Sé de Olinda

Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Costa dos Arrecifes

Consultoria para Prestação de Serviço de Assessoria Técnica à Unidade Executora Estadual

Elaboração do Projeto de Sinalização Turística do Polo Costa dos Arrecifes

Implantação do Fortalecimento Institucional - SETUR

Revisão do Projeto de Perenização das Rodovias Vicinais de Fernando de Noronha

Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) e Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Tamandaré

Implantação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) de Sirinhaém

Implantação de Sistema de Abastecimento de Água (SAA) e de Esgotamento Sanitário (SES) da praia de Gaibu

Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Nossa Sra do Ó

Conclusão da Via Penetração Sul e Implantação da Ponte sobre o Rio Ariquindá

Implantação da Via de Contorno de Tamandaré

Implantação de ciclovia, pista de cooper e interseções na Rod PE 009 - Trecho: N.Srª do Ó / Vila de Porto de Galinhas

Duplicação da Rodovia Porto de Galinhas/ Maracaípe

Implantação e pavimentação da PE-051- Trecho Porto de Galinhas/Acesso a Serrambi

Implantação da Alça Sul - Complexo Viário do Aeroporto do Guararapes

Implantação da Sinalização Turística do Polo Costa dos Arrecifes

Pavimentação da Rodovia Pontas de Pedra / Barra de Catuama

Estado do Piauí

Elaboração do Plano Diretor Municipal de Luís Correia

Elaboração dos Planos de Fortalecimento da Capacidade Municipal para a Gestão do Turismo dos municípios do Polo Costa do Delta

Execução do Projeto de Controle Ambiental das Dunas da Lagoa do Portinho

Implantação de Trilha Ecológica e Recinto dos Ursos no Parque Zoobotânico de Teresina

Elaboração do Projeto de Restauração do Porto das Barcas - Parnaíba

Urbanização da Orla da Praia de Atalaia

Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Costa do Delta

Elaboração do Diagnóstico e Projeto de Capacitação Profissional e Empresarial do Polo Costa do Delta

Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Parnaíba - 1ª Etapa

Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Parnaíba - 2ª Etapa

Restauração da Rodovia PI-210 - Trecho Ilha Grande/Porto dos Tatus

Restauração da rodovia PI-116/315 - Trecho Coqueiro/Entroncamento

Restauração da rodovia PI-116/315 - Trecho Macapá/Entroncamento

Estado do Rio Grande do Norte

Elaboração dos Planos de Fortalecimento da Gestão Municipal para o Turismo dos municípios do Polo Costa das Dunas

Elaboração do Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Polo Costa das Dunas

Elaboração do Plano de Manejo da APA de Jenipabu

Elaboração do Plano de Manejo da APA de Bonfim/Guaraíra

Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) Polo Costa das Dunas

Elaboração do Plano Diretor de Esgotamento Sanitário de Natal

Elaboração da Base Cartográfica para os Municípios do Polo Costa das Dunas

Elaboração do Projeto de Urbanização das orlas de Pirangi, Cotovelo, Pitangui, Jacumã, Muriu, Tibau do Sul e Pipa

Elaboração do Projeto do Museu da Rampa

Elaboração dos Projetos Executivos de Transportes e Recuperação de Áreas Degradadas

Elaboração do Projeto de Fortalecimento da SETUR

Execução do Programa de Treinamento e Capacitação Profissional nos municípios de Tibau do Sul, Nísia Floresta, Extremóz, Ceará-Mirim, Maxaranguape e Touros

Diagnóstico da Capacitação de Mão-de-obra para o Turismo do Polo Costa das Dunas

Execução do Programa de Treinamento e Capacitação Profissional nos municípios de Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante

Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) dos Bairros de Redinha e Redinha Nova

Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) das localidades de Pium, Cotovelo e Pirangi

Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) das localidades de Tibau do Sul e Pipa

Implantação da Rodovia Tibau do Sul / Pipa

Melhoramento e Pavimentação do Anel Viário de Pipa (Contorno de Pipa)

Melhoramento e Pavimentação da Rodovia Pipa/ Sibaúma

Recuperação de Passivo Ambiental - Area Degradada Pitangui / Jacumã

Recuperação de Passivo Ambiental - Area Degradada Binário de Pirangi / Nísia Floresta

Recuperação de Passivo Ambiental - Area Degradada RN-313 / N.Parnamirim

Recuperação de Passivo Ambiental - Acostamento Tibau do Sul / Goianinha

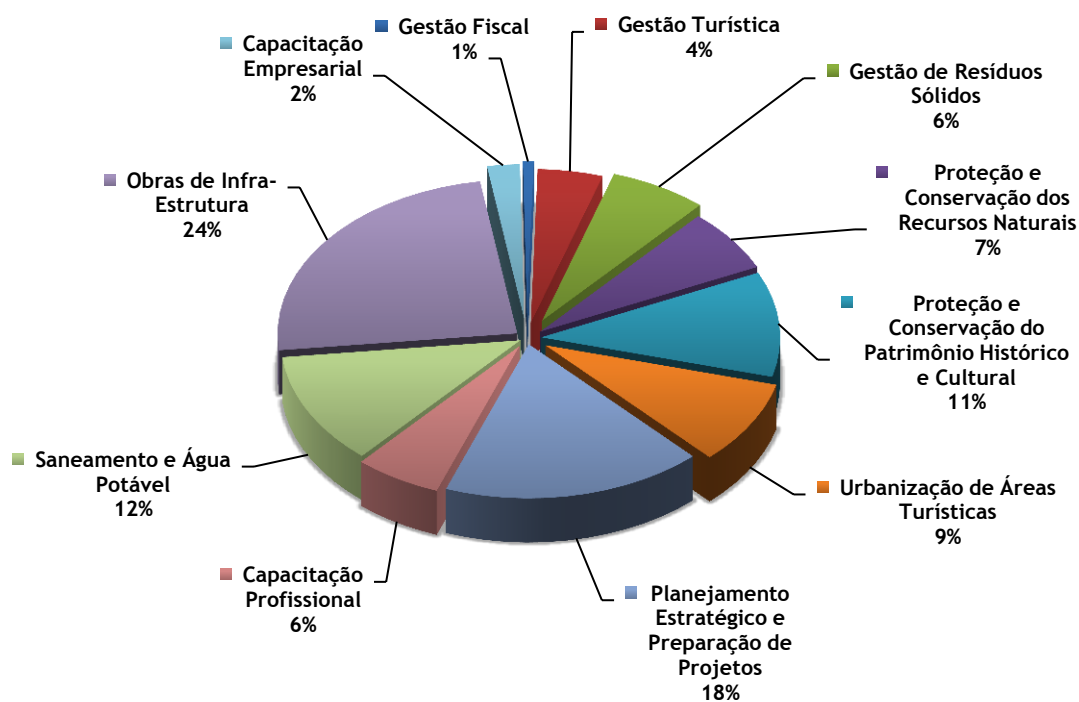
Implantação da Sinalização Turística no Polo Costa das Dunas

Ampliação do Centro de Convenções de Natal

Execução do Programa de Capacitação Empresarial nos municípios de Tibau do Sul, Nísia Floresta, Extremóz, Ceará-Mirim, Maxaranguape e Touros

**Anexo 6: PROJETOS EXECUTADOS NO ÂMBITO DO PRODETUR/NE II -
Por Subcomponente**

SUBCOMPONENTE	QUANT. PROJS.	%
Gestão Fiscal	1	1%
Gestão Turística	6	4%
Gestão de Resíduos Sólidos	9	7%
Proteção e Conservação dos Recursos Naturais	9	7%
Proteção e Conservação do Patrimônio Histórico e Cultural	15	11%
Urbanização de Áreas Turísticas	12	9%
Planejamento Estratégico e Preparação de Projetos	24	18%
Capacitação Profissional	8	6%
Saneamento e Água Potável	16	12%
Obras de Infra-Estrutura	33	24%
Capacitação Empresarial	3	2%
TOTAL	136	100%



Anexo 7: PROJETOS EXECUTADOS NO ÂMBITO DO PRODETUR/NE II - Por Estado

ESTADOS	QUANT. PROJS.	%
BAHIA	40	29%
CEARÁ	23	17%
MINAS GERAIS	6	4%
PERNAMBUCO	27	20%
PIAUI	13	10%
RIO GRANDE DO NORTE	27	20%
TOTAL	136	100%

